

Leonardo de Oliveira Souza

**HISTÓRIA E POLÍTICA EM *PESSACH*: A
TRAVESSIA DE CARLOS HEITOR CONY**

Agosto / 2009
Uberlândia / MG

Leonardo de Oliveira Souza

**HISTÓRIA E POLÍTICA EM *PESSACH*: A
TRAVESSIA DE CARLOS HEITOR CONY**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Adalberto Paranhos

Agosto / 2009
Uberlândia / MG

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adalberto Paranhos (orientador)

Profa. Dra. Kátia Rodrigues Paranhos (UFU)

Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges (UFG/Catalão)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Adalberto Paranhos, por todo apoio intelectual dado a esta dissertação para sua finalização em meio aos acidentes de percurso que marcaram a elaboração deste trabalho. Dele eu exigi, para além de orientação acadêmica, muita paciência e empenho, em dose muito maior do que se pode esperar de um mero orientador.

Aos demais professores da banca examinadora, Dra. Kátia Rodrigues Paranhos e Dr. Valdeci Rezende Borges, que tanto contribuíram para esta dissertação ao participarem do meu exame de qualificação.

Aos amigos, entre os quais cito Renato, Vanessa, Xicão, Lucas, Camila, Cássio e Claudinho, que compartilharam tantas emoções durante a jornada do mestrado.

À Wanessa, meu par, sinônimo de amor, a quem devo boa parte dos estímulos que me fortaleceram para alcançar o objetivo dessa caminhada.

Além dessas, certamente existe a contribuição de tantas outras pessoas. A todos que acreditaram em mim, certas vezes mais do que eu, ficam meus sinceros agradecimentos e a eterna amizade.

Resumo

Esta dissertação de mestrado busca compreender a expressão política e literária produzida por *Pessach: a travessia* de Carlos Heitor Cony. Trata-se de um romance comprometido politicamente que foi lançado inicialmente em 1967. Através do conflito de seus personagens a obra aborda um dilema típico dos anos 60 e 70: o engajamento na luta armada contra a ditadura. Nesse sentido, o trabalho relaciona o contexto histórico com a produção literária de Cony, buscando identificar na narrativa elementos que compõe aspectos sócio-culturais dos anos 60. Isso envolve a trajetória profissional do autor, o processo de engajamento político típico de artistas e intelectuais, a luta armada de setores da esquerda, a retaliação do Partido Comunista Brasileiro ao romance *Pessach* e a recepção da obra na imprensa brasileira dos anos 60 e 90. A interdisciplinaridade segue como base essencial para essa pesquisa. Dessa forma fundamentamos nossas perspectivas nos métodos da Nova história cultural, por compreender essa vertente como um vasto campo que nos oferece contribuições para compor as relações propostas.

Palavras chaves: Carlos Heitor Cony, história cultural, literatura, luta armada.

Abstract

This master's degree dissertation looks for to understand the political and literary expression produced by *Pessach: Carlos Heitor Cony crossing*. It is treated of a committed romance politically that was bound initially in 1967. Through their characters' conflict the work approaches a typical dilemma of the sixties and 70: the engagement in the armed combat against the dictatorship. In that sense, the work relates the historical context with Cony's literary production, looking for to identify in the narrative elements that it composes partner-cultural aspects of the years 60. That involves the author's professional path, the process of artists' typical political engagement and intellectuals, the armed combat of sections of the left, the retaliation of Party Brazilian Communist to the romance *Pessach* and the reception of the work in the Brazilian press of the sixties and 90. The interdisciplinaridade proceeds as essential base for that research. In that way we based our perspectives in the methods of the New cultural history, for understanding that slope as a vast field that offers us contributions to compose the proposed relationships.

Key words: Carlos Heitor Cony, cultural history, literature, armed combat.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I: Cony, história, jornalismo e engajamento político.....	19
1.1 – Cony, o jornalista e a história.....	20
1.2 – O engajamento político de Cony.....	29
CAPÍTULO II: O intelectual em transe... a cultura em êxtase.....	47
2.1 – Intelectuais engajados em ação.....	48
2.2 – Literatura comprometida: <i>Pessach: a travessia</i>	56
CAPÍTULO III: O impacto de <i>Pessach</i>: recepção e retaliação.....	79
3.1 – <i>Pessach</i> : da acolhida pela Editora Civilização Brasileira à condenação Pelo PCB.....	80
3.2 – A recepção do romance na imprensa brasileira.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
BIBLIOTECAS CONSULTADAS.....	106
FONTES.....	108
BIBLIOGRAFIA.....	111
FILMES.....	116

INTRODUÇÃO

Segundo o Primeiro Testamento da Bíblia, Moisés recebeu de Deus a missão de conduzir o povo hebreu do Egito à terra prometida. Sob a liderança de Moisés, os hebreus deixaram para trás a escravidão e se arriscaram em busca da liberdade, partindo para a terra em que hoje se situa Israel. Essa passagem bíblica é referenciada pelos judeus de todo o mundo como *pessach*. É o momento da travessia, tradicionalmente lembrado e celebrado em uma cerimônia de louvação. Moisés representa o profeta condutor que, ao fim do sétimo dia de fuga, teve o Mar Vermelho aberto aos seus pés para que os hebreus o atravessassem com segurança, chegando enfim à terra prometida.

Culturalmente, a páscoa judaica – conhecida como *pessach* – é comemorada por sete dias.

A festa tem início com uma cerimônia no entardecer do 14º dia [primeiro dia de lua cheia da primavera] do mês de Nisan [primeiro mês do calendário judaico] e prolonga-se por 7 dias em Israel e por 8 dias em outros lugares do mundo. O primeiro dia representa a saída do Egito e o sétimo, a passagem pelo Mar Vermelho, onde os judeus atravessaram em terra firme e seca.¹

Numa analogia com tal relato bíblico, o escritor Carlos Heitor Cony retrata na obra *Pessach: a travessia*, de 1967, a história de Paulo Simões, escritor pequeno-burguês, que, em meio ao regime militar imposto ao país em 1964, se vê envolvido com militantes revolucionários dispostos a arriscarem-se pela liberdade. A obra literária expõe como problemática justamente essa perspectiva do engajamento ou não em favor da luta armada, enfocando o dilema de milhares de pessoas entre os anos 60 e 70 do século passado, cuja politização exprimia essa inquietação: assistir passivamente às arbitrariedades do governo militar ou juntar-se aos rebeldes no enfrentamento ao regime.

Isso sugere o drama que atingiu o próprio Carlos Heitor Cony, que viveu a experiência de afronta ao comando militar na vida pessoal e na literatura.

¹BRANDÃO, Virgínia. *Pessach: a festa da páscoa judaica*. Disponível em: <http://www.correiogourmand.com.br/info_culturagastronomica_02_b.htm>. Acessado em: 10 jul. 2007.

Pessach tem, ao que tudo indica, um caráter autobiográfico. Diversas características do personagem principal são as mesmas de Cony, como a idade, a aparência, a profissão, além de alguns hábitos. Diga-se de passagem, isso é um recurso típico das obras do autor: representar na ficção pessoas próximas da sua convivência, senão a sua própria pessoa.

A partir daí, esta dissertação almeja compreender a expressão política e literária produzida através do romance. Lançado inicialmente em 1967, o livro aborda a resistência ao regime ditatorial no Brasil, inserindo-se, de uma forma ou de outra, na linha engajada. Num certo sentido, ao menos em parte, ele se antecipa, por intermédio da literatura, ao que explodiria nas margens da sociedade: a luta armada contra a ditadura.

Acerca do caráter engajado atribuído a *Pessach*, faz-se necessário uma melhor compreensão do termo. Denis Benoît, em *Literatura e engajamento*: de Pascal a Sartre, situa a construção do seu significado em três principais momentos. O primeiro, por volta de 1850, quando o campo literário adquiriu certa autonomia em relação à escrita convencional. O segundo, na virada dos séculos XIX e XX, quando assumiu maior relevância social a figura do intelectual. Contudo, nesse ponto o autor alerta para uma distinção necessária entre intelectual e escritor engajado, entendendo o engajamento como ato voluntário que evidencia uma postura política. E o terceiro momento esteve ligado à revolução russa de outubro de 1917, quando a utopia de um novo sistema mostrou-se possível e acessível aos intelectuais.

Em meio a esse processo o termo engajamento ganhou corpo tomando como referência Sartre. Após a primeira guerra mundial, o filósofo francês veio chamar a atenção para a emergência de uma literatura empenhada nas causas políticas e sociais, em que questões como liberdade e justiça se faziam presentes a fim de comprometerem autores e suas respectivas obras quase como uma postura ética. E mais, Sartre chegou a considerar o engajamento como consequência natural da literatura: “Já que o escritor não tem nenhum meio de se

evadir, nós queremos que ele abrace estreitamente a sua época; ela é a sua chance única: ela é feita para ele e ele é feito para ela.”²

A concepção de escritor engajado, tal como apresentada por Denis Benoît, é bastante significativa para a percepção do papel desempenhado por Cony ao abordar a luta armada no Brasil:

o escritor engajado é aquele que pede à literatura para *dar as suas razões*, e que sustenta que essas razões não podem se encontrar numa essência da literatura defendida *a priori*, mas na função que a literatura entende preencher na sociedade ou no mundo. Para ele, escrever volta a supor um ato público no qual ele empenha toda a sua *responsabilidade*.³

_____ * _____ * _____

Pessach é – além de um romance literário engajado – um registro de época. É o testemunho de tensões, emoções, conflitos, dramas e tramas que fizeram dos anos 60 um marco de transformações e de lutas sociais em todo o mundo.

O interesse pela pesquisa surgiu ainda na graduação, na Universidade Federal de Goiás, campus Catalão, quando, sob a orientação da professora Dra. Regma Maria dos Santos, desenvolvemos dois projetos de iniciação científica (PIBIC/CNPq) e, ao final a monografia intitulada: *O golpe militar de 1964 e a representação de Carlos Heitor Cony*, defendida em 2006. Na ocasião, pesquisamos *O ato e o fato* e *Posto Seis* – de Cony. Tais livros são seleções de crônicas políticas que o autor escreveu ao longo de 1964 e 1965 no extinto jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro.

Retomando os anos 60, imediatamente após o golpe de 1964, Carlos Heitor Cony deu início a uma série de crônicas políticas que exprimiam sua indignação com a agressão constitucional promovida sobretudo pelos militares.

² *Apud* BENOÎT, Denis. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru: Edusc, 2002, p. 39.

³ BENOÎT, Denis, *op. cit.*, p. 35.

De sua coluna diária “Da arte de falar mal”, no *Correio da Manhã*, o jornalista metralhou críticas ao movimento golpista.

A postura política de Cony perante o movimento militar de 64 é sem dúvida um grande marco na [sua] carreira profissional. Foi a partir daquele período que o jornalista começou a tratar, de fato, de política. Essa nova embrenhada rendeu a Cony uma nova etapa profissional e muitas histórias.⁴

Desta vez, sem perder o foco do escritor Cony e suas obras de engajamento político, partimos, na Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia e sob a orientação do professor Dr. Adalberto Paranhos, em busca de novos caminhos que resultaram nesta dissertação.

Além das pesquisas realizadas, beneficiamo-nos da participação no projeto “*Pró-Qualidade*” da UFU, que teve a contribuição das professoras Dras. Joana Maria Pedro, da UFSC, e Tania Regina de Luca, da Unesp/Franca. Ambas leram e comentaram o projeto desta dissertação e formularam sugestões para a pesquisa. Dessa forma, com base também na bagagem acadêmica oferecida pelas disciplinas do programa de Mestrado, fomos aos poucos definindo os percursos deste trabalho.

Por entre os caminhos percorridos foi-se concretizando a nossa intenção de conduzir a pesquisa captando nos elementos culturais aspectos essenciais para associar o romance *Pessach* ao momento histórico do país, incorporando, assim, a perspectiva da cultura aos tradicionais campos da política e da sociedade. Além do mais, procuramos recompor alguns traços da biografia de Cony, a fim de detectar sinais de seu engajamento como jornalista e escritor.

Objetivamos, enfim, desenvolver uma pesquisa de natureza interdisciplinar, em especial entre literatura e história, bem como compreender a representação de Cony sobre o respectivo contexto histórico. Isso implica estender o leque de possibilidades de se pensar a conjuntura política imbricada

⁴ SOUZA, Leonardo Oliveira. *O golpe de 1964 e a representação de Carlos Heitor Cony*. Monografia – Universidade Federal de Goiás/Catalão, 2006, p. 24.

nas páginas da literatura, suas contribuições, efeitos e peculiaridades que enriquecem o processo de conhecimento histórico.

_____ * _____ * _____

No campo historiográfico, a relação história e literatura vem se tornando cada vez mais clara desde o início do século XX, como se verifica na produção de autores vinculados à *École des Annales*, como Marc Bloch e Lucien Febvre. Essa nova escola se opôs a antigas concepções de se fazer história que priorizavam os grandes fatos políticos, as elites, príncipes, militares, a “história dos vencedores”. Tal alternativa revolucionou a historiografia ao explicitar que os relatos, episódios e fatos passados não são fiéis expressões da verdade, como pretendiam historiadores de corte mais tradicional. Em linhas gerais, a nova historiografia se distanciou do cientificismo.

Emergia assim a pesquisa voltada para todas as atividades humanas, mesclando a contribuição de outras áreas do conhecimento, como Ciências Sociais, Geografia, Antropologia, Economia. Foi o *start* para estudos antes marginalizados e negligenciados, que se redirecionaram para pesquisas embasadas em novas fontes e novos objetos. Vale destacar aqui que essa história com roupagem renovada não se limitou a buscar outros objetos e fontes, mas procurou também nas velhas fontes novas leituras e até novos problemas.

Já se disse que essa mudança foi “do porão ao sótão”, demonstrando a vastidão do campo historiográfico sob a ótica dos *Annales*. E, conforme ressaltou Valdeci Rezende Borges, o projeto dos estudos históricos passou a se interessar pelo “tudo, e não mais o todo”.⁵ Foi, como sintetizou Peter Burke, “a revolução francesa da historiografia”.⁶

⁵ BORGES, Valdeci Rezende. A nova história e a história cultural. In: SANTOS, Regma Maria dos et. al. (orgs.). *História e linguagens: literatura, música, oralidade, cinema*. Uberlândia: Aspectus, 2003, p. 27.

⁶ BURKE, Peter. *Escola dos Annales [1929-1989]: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo. Unesp, 1997. No Brasil, uma obra pioneira que entrecruzou os campos literário e historiográfico foi a de SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e*

Nessa mesma linha, é importante salientar o uso das ferramentas do historiador, que são os documentos. A propósito, verificou-se também uma revolução documental que ampliou as possibilidades de se fazer a história ao reelaborar o conceito de documentos, que passou a abranger relatos, imagens, sons, objetos, discursos, narrativas etc. Ao avançar no tempo, Ana Maria Mauad destaca bem o sentido revolucionário desse processo para o domínio historiográfico:

A revolução documental dos anos 1960, com a história serial e o tratamento de dados massivos, teve como corolário uma verdadeira revolução na consciência historiográfica. No entanto, essa dupla revolução não se limitou à entrada de dados estatísticos na História; ela reorientou significativamente o trabalho sobre os indícios do passado. Assim, à medida que se desenhava a crítica do documento como monumento, se ampliava o território do historiador.⁷

Com as novas perspectivas que se abriram ao historiador, foi-se consolidando a idéia de que os documentos e os fatos históricos jamais falam por si, sendo sempre construídos/interpretados, da mesma maneira como inexitem fatos consensualmente relevantes. A construção/seleção do fato e a própria interpretação do historiador são uma ato pessoal, socialmente condicionado. Ainda que a metodologia e as fontes sejam as mesmas, as análises e conclusões podem variar amplamente na produção historiográfica. Afinal, evocando aqui Roger Chartier, os historiadores constroem representações. Esse ponto de vista é crucial em termos de história cultural:

A categoria de representação tornou-se central para as análises da nova história cultural, que busca resgatar o modo como, através do tempo, em momentos e lugares diferentes, os homens foram capazes de perceber a si próprios e ao mundo,

criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (ed. original de 1983), que elegeu Euclides da Cunha e Lima Barreto como objeto de análise.

⁷ MAUAD, Ana Maria. Entre textos, imagens e sons: um balanço atual do campo da História Cultural. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 8, n.13, Uberlândia, Edufu, jul.-dez. 2006, p. 244.

constituindo um sistema de idéias e imagens de representação coletiva e se atribuindo uma identidade.⁸

Roger Chartier acrescenta ainda que “é aqui que a história cultural poderia encontrar uma nova posição no ponto em que se cruzam a crítica textual, a história do livro e a sociologia cultural”.⁹ Representar é uma construção a um só tempo pessoal e social. Consiste numa interpretação, repleta de condicionamentos, de um determinado objeto, é o sentido atribuído a ele. Representar é identificar uma construção de significados por meio dos sentidos que dão percepção a uma pessoa, imagem, fato ou situação, tudo que é plausível de interpretação.

Disso decorre que não só a realidade é produto de uma construção sociocultural como também – tal como nos ensina Chartier – as representações integram a realidade social. Portanto, nosso objeto – a fonte literária – exprime uma representação de fatos históricos e está integrado à realidade social de sua época. É a construção do passado por intermédio da obra literária, que Chartier tanto valoriza no recente artigo “El pasado en el presente: literatura, memória e história”, no qual o autor discorre sobre a relação que norteia nosso percurso metodológico, “la competencia entre las representaciones del pasado producidas por la ficción narrativa y la construcción del saber histórico propuesto por la operación historiográfica”.¹⁰

É indiscutível insistir que em qualquer outro documento histórico existem especificidades, evidências e valores próprios de quem o produziu. Como afirma Le Goff, o documento “não é inocente [...] o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado quanto para dizer a ‘verdade’”.¹¹ Lynn Hunt vai ao encontro dessa visão ao comentar que

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy e LEENHARDT, Jacques. Introdução. In: *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 19.

⁹ CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 238.

¹⁰ *Idem*. El pasado en el presente: literatura, memória e história. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 8, n.13, *op. cit.*, p. 8.

¹¹ LE GOFF, Jacques. (org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 54.

Os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, e os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lê-los.¹²

No nosso caso, a obra pesquisada traz as representações de Cony, que se abrem, é óbvio, a múltiplas influências, a toda uma extensa rede coletiva de condicionamentos. Aliás, ao salientar a importância dos aspectos culturais para a compreensão da sociedade, Lynn Hunt sublinha, oportunamente, que

As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural – o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extracultural da experiência.¹³

Em sintonia com essa linha de pensamento, Thompson enfatiza que existe uma imbricação entre os fatos comumente designados como econômicos, sociais e culturais, que, a rigor, são indissociáveis, pois estes não podem ser tratados, de forma alguma, como meros efeitos ou epifenômenos daquele. Por sinal, os estudos de Thompson, ligados à tradição marxista, são de grande valia para nossa pesquisa, pois o autor valoriza os sujeitos históricos e as mediações culturais em detrimento das teses marxistas ortodoxas calcadas na relação base/superestrutura. Sem deixar de lado o materialismo histórico, o autor aponta o estudo da cultura como caminho para a ampliação do sentido das experiências humanas e para compreensão das relações sociais.¹⁴

Retomando Hunt, ela tem como “um dos objetivos” do livro *A nova história cultural* “mostrar de que forma uma nova geração de historiadores da cultura usa técnicas e abordagens literárias para desenvolver novos materiais e métodos de análise”.¹⁵ Certamente literatura e história podem caminhar juntas,

¹² HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (org.), *op. cit.*, p. 18.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 9.

¹⁴ Ver, por exemplo, THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

¹⁵ HUNT, Lynn, *op. cit.*, p. 19.

mas não se confundem. Ao contrário, cada qual tem suas estratégias e critérios para traçar seus objetivos, seja a narração ficcional e/ou a tentativa de compreender o mundo em que se vive ou viveu. São campos que dizem respeito à tarefa de “guardar a memória”, ou talvez estimulá-la, a partir da reflexão. É nesse sentido que a presença do passado contida no presente estabelece sua contemporaneidade. Como acentua Chartier, a obra literária “presentifica” o passado.¹⁶

Enquanto o historiador necessita de certas fontes que fornecem indícios históricos, à literatura é permitida a criação ficcional. Desse modo, o historiador deve saber distinguir essas duas áreas da criação humana, por mais que, tal como a literatura, a história não deixe de ser uma criação ou representação. Sabidamente, o ofício do historiador é controlado pelo arquivo, pelas fontes e pelo método adotado. Nós lidamos, de alguma forma, com fatos, qualquer que seja a aceção atribuída a esse termo. E mais: impões-se a necessidade dos recortes temporais na pesquisa historiográfica, tanto quanto a tentativa de atingir a verossimilhança.

Já a literatura, por sua vez, é fonte de si mesma, é testemunho de si própria. Apesar de conter as amarras oriundas de seus gêneros, ela pode alçar grandes vôos sem estar compromissada com a “verdade”. Daí que o campo da literatura seja uma fonte privilegiada para a leitura do imaginário, porque ela fornece elementos para a compreensão das razões, dos sentimentos, das sensibilidades de uma época ou indica a concepção de passado formulada no tempo da escrita.

Nessa perspectiva, é que Michel de Certeau nos fala sobre as “operações historiográficas.” Segundo o autor, literatura e história são atividades derivadas do ser humano, inseridas no seu respectivo contexto histórico: em consequência disso, carregam consigo determinações/condicionamentos sociais. Porém, essas operações atuam também sobre o lugar e o tempo nas quais se situam. Por isso Valdeci Borges observa que

¹⁶ CHARTIER, Roger. *El pasado en el presente...*, op. cit., p. 11.

Literato, literatura e sociedade estão aprisionados na vasta e complexa teia da cultura, produzindo influências recíprocas. A representação do social é uma confluência do individual com as condições coletivas múltiplas em que foi produzida.¹⁷

Contudo, como sinaliza Antonio Candido, uma obra literária só é grande quando, num certo sentido, transcende seu próprio tempo e lugar:

A grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende de sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer, desligando-se dos fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar.¹⁸

No caso do romance *Pessach*, podemos dizer que seu tempo e lugar foram simultâneos a acontecimentos decisivos no país. O contexto em que Cony estava inserido no momento da produção do livro, entre 66 e 67, era o cerco social que os militares estavam realizando, além da escalada de resistência ao regime ditatorial instituído. Daí *Pessach* ter uma particular riqueza de elementos para uma pesquisa historiográfica. O autor retirou do seu lugar essas peças de seu tempo, exercendo seu ofício de escritor sob o calor da crise político-social dos anos 60, intervindo nela como jornalista e ficcionista irônico.

Ao retrabalhar os acontecimentos de uma época, todo escritor, como pondera Hayden White, revela, de algum modo, determinadas tantas “implicações ideológicas”. Tanto o historiador quanto o literato – sujeitos de seu tempo – são portadores de determinações ideológicas que aparecem em suas narrativas.

Os acontecimentos são *convertidos* em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera

¹⁷ BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: uma relação de troca e cumplicidade. *História & Perspectivas*, n. 9, Uberlândia, UFU, jul.-dez. 1993, p. 33.

¹⁸ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha e T. A. Queiroz, 2000, p. 41.

encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça.¹⁹

Dessa maneira, há ficção também na pesquisa historiográfica. No minucioso trabalho de recortar, temporalizar e selecionar, o historiador se aproxima do literato, que, por sua vez, em certas circunstâncias, se utiliza de registros históricos para compor seu enredo. Nesse ato de escolha, o historiador e o literato são contagiados pelo lugar de construção, como afirma Certeau. Logo, isso não significa que, apesar dos indícios, dos objetos, dos documentos e dos métodos, exista uma maneira correta de escrever a história. Todo discurso envolve, conscientemente ou não, uma atitude política, entre outras. Seja como for, “o historiador continua tendo compromisso com as evidências na sua tarefa de reconstruir o real, e seu trabalho sofre o crivo da testagem e da comprovação, mas a leitura que faz de uma época é um olhar, entre os possíveis de serem realizados.”²⁰

Ao examinar a produção literária, Antonio Candido alerta para o fato de a obra de literatura não ter a obrigação de espelhar fielmente a sociedade onde foi concebida. Ele chama a atenção para a parcela de fantasia presente na literatura, algo que faz com que a obra ganhe em “eficácia como representação da realidade do mundo. Achar, pois, que basta aferir a obra com a realidade exterior para entendê-la é correr o risco de uma perigosa simplificação casual.”²¹ Em outras palavras, a pretensa transcrição de acontecimentos reais não assegura ao romance a reprodução da realidade.

Geralmente, o contexto histórico surge na literatura como um reforço da verossimilhança do texto e uma alternativa do enredo. Existe um trabalho de mediação entre a história e a ficção. Isso ocorre porque a obra necessita, de alguma maneira, ser referência para o leitor. Essa apropriação inclui muitas vezes fatos mais ou menos consensualmente verídicos que servem de suporte à narrativa. Disso decorre o romance histórico, em que verdade e ficção se

¹⁹ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 100.

²⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy e LEENHARDT, Jacques, *op. cit.*, p. 21.

²¹ CANDIDO, Antonio, *op. cit.*, p. 13.

relacionam compondo representações. É o caso do livro em questão, *Pessach*, em que Cony lança mão de aspectos cotidianos da vida do país para compor as relações e a trama desenvolvida.

Cabe ao historiador lidar com toda essa gama de elementos. No conteúdo literário deve ser colhido o material histórico, como sustentam Chalhoub e Pereira:

a proposta é historicizar a obra literária [...] inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social.²²

Pensando dessa maneira é que reconhecemos no campo literário, seja ele a crônica, conto ou romance, seu valor histórico. Nosso interesse é situar no primeiro capítulo um pouco da vida e obra de Carlos Heitor Cony, com destaque para seu percurso em direção ao engajamento a partir das crônicas produzidas no jornal *Correio da Manhã*. Em meio a isso, refletiremos, de passagem, sobre a relação entre jornalismo e história. No segundo capítulo, almejamos compreender a guinada política do intelectual em pleno rebuliço social dos anos 1960. No mais, passaremos, a seguir, à análise da obra *Pessach*. O terceiro e último capítulo será dedicado ao exame da recepção e do impacto social produzido pelo lançamento de *Pessach*, ainda na década de 60 e também nos anos 90 – quando houve a mais recente reedição –, o que envolve a retaliação do PCB contra o romance e o autor.

²² CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (orgs.). *A nova história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 7.

CAPITULO I: CONY, HISTÓRIA, JORNALISMO E ENGAJAMENTO POLÍTICO

Não tenho disciplina suficiente para ser de esquerda, não tenho firmeza de convicções para ser de direita, também não tenho condições de ser de centro, porque o centro é oportunista. Resta-me ser um anarquista humilde, triste e inofensivo.

Carlos Heitor Cony

1.1 Cony, o jornalista e a história

Cony nasceu no dia 14 de março de 1926, em Lins de Vasconcelos, zona norte do Rio de Janeiro, o terceiro de quatro filhos do casal Ernesto Cony Filho e Julieta de Moraes. A vida do autor é recheada de histórias bastante peculiares, algumas no mínimo hilariantes, a começar pela infância. Aos cinco anos de idade foi que ele gritou suas primeiras palavras ao se assustar com um hidroavião que passava, provando, então, que não era mudo, como se pensava. Outra característica ligada à fala foi a dificuldade que o fazia trocar a letra g por d, fato que tornava Cony motivo de chacotas. Conta-se que, aos oito anos de idade, durante o aniversário de seu irmão,

foi convidado a se aproximar de uma roda de meninos, que lhe pediram para repetir em voz alta: ‘Dona Jandira adora um fogão’ [...] Orgulhoso do convite da turma dos maiores, ele não se deu conta da armadilha. Endireitou o corpo, abriu a boca e soltou a frase. Mal o “d” tomou o lugar do “g”, as gargalhadas soaram alto, frias, cruas.²³

Devido a essa dificuldade, Cony deixou de freqüentar a escola e foi alfabetizado por seus pais em casa. O problema da fala só foi corrigido por volta dos 15 anos, após uma cirurgia. Antes, em 1937, Cony, que dizia pretender ser padre, ingressou no Seminário Arquidiocesano de São José, em Rio Comprido. Porém, em 1945 desistiu dessa idéia. Sobre os motivos pelo qual abandonou a recente vida religiosa, ele próprio explica:

Eu não tinha fé. Descobri que não tinha fé. Queria ser padre, mas sem fé. Achava muito bonita a profissão de padre, batina, missa em latim, eu gostava de tudo isso. Gostava muito da Igreja do Concílio de Trento, o ritual, as músicas [...]. Mas quando eu vi que para ser padre precisava realmente ter uma formação cristã, acreditar em Deus, acreditar numa moral, comprar uma

²³ *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 12 – Carlos Heitor Cony. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001, p. 5.

briga, aí eu vi que não poderia ser e seria insincero da minha parte continuar no seminário. Um padre sem fé é horrível.²⁴

Aos 20 anos, Cony entrou para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro –, da qual também desistiu no ano seguinte. Em 1947, ele ingressou na imprensa pelo *Jornal do Brasil*, cobrindo férias de seu pai. Depois disso foi redator na Rádio Jornal do Brasil. Em 1949, teve o seu primeiro dos seis casamentos, com Maria Zélia Machado Velho, do qual nasceram duas filhas: Regina Celi e Maria Verônica. E em 1956 começava a se destacar na literatura, concorrendo ao Prêmio Manuel Antônio de Almeida.

Foi em 1960 que passou a trabalhar no *Correio da Manhã*, do Rio, exercendo a função de copidesque. Já em 1961 passou a escrever juntamente com Octavio de Faria, crônicas para a coluna “Da arte de falar mal”, que foram reunidas em livro com o mesmo título da coluna, em 1963. Nesse ano começou a assinar outra coluna com Cecília Meireles na *Folha da Manhã*.

Até 1964, Cony já se destacara nacionalmente como escritor de sucesso, tendo vários livros premiados: *O ventre*, de 1956, *Tijolo de segurança*, de 1958, *Informação ao crucificado*, de 1959, *Matéria de memória*, de 1962, além de *O ato e o fato* e *Antes o verão*.²⁵ No ofício de jornalista que ele desempenhou até 1964, sobressaía o gosto por temas ligados à arte: “o tema dos meus artigos e crônicas eram comentários ou reflexões sobre cinema, música, literatura, história, comportamento. Cultivava um entranhado desprezo pelo fato político.”²⁶

Nos primeiros anos da década de 60, a experiência política populista que sacudia o país viveu seu período mais crítico.²⁷ À crescente politização de

²⁴ *Apud* PREVIDI, Gustavo. Site Carlos Heitor Cony (entrevista). Disponível em: <www.carlosheitorcony.com.br/clipping/show_clipping.asp?id=126>. Acesso em: 15 jul. 2006.

²⁵ Cf. *Cadernos de Literatura Brasileira*, op. cit., p. 10.

²⁶ CONY, Carlos Heitor. *A revolução dos caranguejos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 24.

²⁷ Sobre essa conjuntura, da qual não nos ocuparemos especificamente aqui, ver, entre outros, WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, e TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

amplios setores da sociedade brasileira – aqui incluídas as classes trabalhadoras –, a resposta articulada pelos segmentos militares e civis mais conservadores prenunciava o golpe de 1. de abril de 1964. João Goulart, o então presidente do Brasil, herdeiro das tradições do trabalhismo varguista, era visto como “a encarnação da República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder”²⁸. Sua política, classificada por Dreifuss como “nacional-reformista”²⁹, estava na berlinda e serviu como fator de catalisação da direita, seja no plano nacional, seja no plano internacional, com os Estados Unidos à frente.

Imediatamente após o golpe, para surpresa geral, Cony se tornou o primeiro jornalista a se manifestar contra o novo regime ditatorial, como anota Elio Gaspari: “De sua coluna diária no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, Carlos Heitor Cony [foi a] primeira voz destemida a denunciar as violências.”³⁰ A partir daí foi como se a carreira profissional tanto de jornalista como de romancista enveredasse com vigor para temas políticos. Marcio Moreira Alves, que nessa época assinava artigos políticos no *Correio*, comentou essa conversão política:

Carlos Heitor Cony ocupava uma mesa de aço logo na entrada da redação, onde escrevia crônicas que eram publicadas no segundo caderno. Era já um romancista consagrado por vários prêmios, ganhos com os seus primeiros livros, mas nunca manifestara interesse por artigos políticos. O golpe de 1964 despertou a ira cívica de Cony, que passou a ridicularizar a truculência militar desde a primeira semana da ditadura. Após o golpe, um silêncio cúmplice se havia instalado nos grandes jornais [...]. As crônicas de Cony causavam espanto, admiração e, no caso de seus alvos, os todo-poderosos do momento, uma indignação profunda.³¹

Por essas razões, Zuenir Ventura - atualmente jornalista e colunista da revista semanal *Época* – enfatizou igualmente o Cony destemido:

²⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006, p. 442.

²⁹ DREIFUSS, René Armand, *op. cit.*, p. 130.

³⁰ GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: a ditadura envergonhada*. São Paulo. Companhia das letras. 2002, p. 132.

³¹ *Apud Cadernos de Literatura Brasileira, op. cit.*, p. 21 e 22.

Há o Cony politicamente engajado, o destemido planfetário do *Correio da Manhã* de 1964, aquele cujos artigos tanto irritavam os militares. Além deste que só usava a palavra, há ainda o outro que partia para a ação, aquele que foi preso seis vezes pela ditadura militar.³²

Em 1965, Cony foi preso durante um protesto contra o Marechal Castelo Branco, no caso conhecido como “Oito da Glória”. Esse era o Cony na prática, ao qual Zuenir Ventura se referia. O “Oito da Glória” é de grande relevância para a carreira de Cony, pois, como bem observou Juliana Carneiro Alves, “esse episódio influenciou Cony na criação da personagem Sílvia, que no romance *Pessach* é amigo de Paulo Simões”,³³ personagem-chave da obra que faz a sua transição política rumo à militância.

Ainda em 1965, o escritor publicou seu sétimo romance, *Balé branco*, e em 1967, lançou o oitavo, *Pessach: a travessia*, ambos relançados pela Companhia da Letras. Este último é tido como um marco absoluto na carreira de Cony, no entendimento de Malcolm Silverman:

Afinal de contas, Cony evoluiu de um ficcionista basicamente apolítico para, se não um revolucionário armado, certamente [...] um crítico feroz e perseguido do regime especialmente nas suas crônicas mordazes. (...) Como Paulo Simões, Cony também mudou de direção estética, pessoal e profissional depois de *Pessach: a travessia*, considerado, ainda hoje, um romance divisor de águas.³⁴

Em seguida o romancista permaneceu quase um ano em Cuba, onde atuou como membro do júri de concurso promovido pela Casa de las Américas, instituição cultural daquele país. De volta ao Brasil, em 1968, foi novamente preso ao desembarcar no aeroporto, suspeito de relações subversivas com o

³² *Idem, ibidem*, p. 28.

³³ ALVES, Juliana Carneiro. *Pessach: a travessia – uma representação da luta social e do intelectual dos anos 60*. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003, p. 23.

³⁴ SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Porto Alegre: Editoras da UFRGS e da UFSCar, 1995, p. 195.

governo cubano, mas o soltaram logo após. Com a decretação do AI-5, foi novamente preso – a mais longa das prisões de Cony, quase um mês.³⁵

Em 1970, o escritor iniciou um extenso trabalho de adaptação de clássicos da literatura internacional. No ano seguinte começou a escrever *Pilatos*, lançado em 1973 pela Editora Civilização Brasileira. Nesta obra, Cony “lava as mãos” diante das pressões e do clima de perseguição, tanto da parte dos comunistas quanto dos militares, e demonstra desprezo pela vida de escritor, lançando mão de uma linguagem desinibida, pornográfica e repulsiva, por meio da qual exprimia sua repulsa à política e sua aversão aos valores burgueses.³⁶ Essa era a consequência daqueles “anos de chumbo” comum a vários outros intelectuais que sentiram na pele as pressões a que eram submetidos: “a partir de um determinado momento você só tinha duas saídas: pegar o violão ou o fuzil. Eu, como não toco violão, toco piano, e não gosto de fuzil, porque me repugna a violência, tive que parar mesmo.”³⁷

Mas o que nos interessa mais de perto, neste momento, são os frementes anos 60, especialmente a forma como Cony se insere na sua época, em particular por volta de meados da década até 1967, ano da publicação de *Pessach*.

Entre 1965 e 1972, Cony foi preso seis vezes, mas foi ainda no fim do conturbado ano de 1964 que deixou o *Correio da Manhã*, segundo ele para evitar uma crise com a direção, causada por uma crônica intitulada “Ato Institucional II”. Nela, Cony fez uma sátira prevendo o que seria o Ato Institucional n. II – baixado mais tarde, em outubro de 1965, por Castelo Branco. Com seus toques de ironia e humor, o cronista satirizou a submissão do Brasil em relação aos Estados Unidos.

Art. 1. – A partir da publicação deste Ato, os Estados Unidos do Brasil passam a denominar-se Brasil dos Estados Unidos. [...].
Art. 3. – O Presidente da República é promovido à função de Governador-Geral, com vencimento em dólar. [...].

³⁵ Cf. *Cadernos de Literatura Brasileira*, op. cit., p. 11.

³⁶ Cf. ALVES, Juliana Carneiro, op. cit., p. 29 e 30.

³⁷ SILVA, Fernando de Barros e. Na prisão com Glauber e Callado (entrevista). *Folha de S. Paulo*. 28 jul. 1996.

Art. 5. – Ficam incorporadas às Forças Armadas Norte-Americanas as altas patentes militares brasileiras [...].

Art. 7. – Os novos cidadãos norte-americanos do Brasil terão os seus direitos e obrigações equiparados aos cidadãos norte-americanos em geral. [...].

Art. 9. – Fica instituído o inglês como língua oficial do Brasil e tolerado o português como idioma complementar e facultativo [...].

Art. 10. – O Dólar é a moeda oficial do Brasil dos Estados Unidos.³⁸

No mesmo dia da publicação dessa crônica, houve uma crise entre a administração do *Correio* e a redação. Consta que o Citibank suspendeu um empréstimo assumido com o *Correio*³⁹ – que passava por dificuldades financeiras – em decorrência da crônica. Dessa forma, no dia seguinte Cony endereçou ao redator-chefe, o jornalista Antônio Callado (que estava sendo pressionado pela diretoria para censurá-lo) uma carta de demissão.

Conhecedor de uma situação embaraçosa para o meu chefe e amigo, venho, por meio desta, pedir demissão do cargo de redator que ocupo no *Correio da Manhã*. Esta é a quarta vez que peço demissão do jornal – sou um reincidente incurável. Das vezes anterior o fiz por motivos pessoais. Desta vez, porém, o faço para facilitar a solução de uma crise em que, honestamente, não me considero envolvido. A crônica de hoje, no meu entender, em nada poderia provocar ou influir em uma crise interna entre a administração e a redação. Mas a crise houve. [...]. Fique certo, Callado, de minha estima, e receba o meu abraço.⁴⁰

Antônio Callado recebeu a carta de Cony e comentou “Vou entregar a sua carta à direção. Só que a minha vai junto”.⁴¹ Callado apresentou também seu pedido de demissão. Encerrou-se assim o ciclo do jornalista-cronista, Carlos Heitor Cony no *Correio da Manhã*. Um período que representou, tanto para

³⁸ CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 182-184.

³⁹ Cf. *Imprensa: Jornalismo & Comunicação*, n. 193. São Paulo: Imprensa Editorial, ago. 2004, p. 13.

⁴⁰ CONY, Carlos Heitor. *Posto Seis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 226 e 227.

⁴¹ *Apud Imprensa: Jornalismo & Comunicação*, op. cit., p. 13.

Cony quanto para o jornal, o mérito do jornalismo social combativo contra a tirania do regime militar.

A saga do *Correio*, como lembra Nelson Werneck Sodré, é símbolo de oposição e crítica à política governamental. O jornal foi criado em 15 de junho de 1901, fundado por Edmundo e Paulo Bittencourt, e fazia oposição ao governo Campos Sales, criticando a estagnação econômica. Sodré deu destaque ao papel combativo do *Correio da Manhã*.

Se, incontestavelmente, o *Jornal do Brasil* apresenta-se, ao lado do *Jornal do Comércio*, como grande empresa, o órgão popular por excelência continua a ser o *Correio da Manhã*, folha de oposição, vibrante, escandalosa às vezes, veemente sempre. Não poupa o governo de Epitácio Pessoa, em campanha virulentas.⁴²

De maneira geral, no decorrer da sua história, o *Correio da Manhã* caracterizou-se por fazer oposição a quase todos os presidentes brasileiros, razão pela qual foi perseguido e fechado em diversas ocasiões.

No dia 30 de março de 1964, em meio a toda tensão que inflamava o país, o *Correio da Manhã* trouxe na capa, em letras grandes, o editorial intitulado: “Basta!”. Uma referência ao governo de Jango, e na manhã do golpe, dia 1. de abril, outro editorial ainda mais ousado e devastador exigia: “Fora!”. Os editoriais haviam sido escritos por alguns integrantes do jornal, sem qualquer participação de Carlos Heitor Cony que estava em repouso devido a uma cirurgia. No entanto, Cony soube previamente do conteúdo dos editoriais: Edmundo Moniz – do corpo de editorialistas do *Correio* – ligou para ele a fim de saber se gostaria de acrescentar ou retirar algo, Cony conta que, por estar afastado temporariamente, alegou que não iria mexer no texto, apenas para cumprir o ofício. Admitiu, porém, que “devo ter trocado um ou outro advérbio de modo.”⁴³

⁴² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 347.

⁴³ CONY, Carlos Heitor. *A revolução dos caranguejos*, op. cit., p. 15.

Os editoriais do *Correio da Manhã*, segundo Edmundo Moniz, visavam garantir uma saída legalista para a crise política que tomara conta do Brasil, mas de forma alguma defendiam um regime militar.

O *Correio* combatia os atos administrativos de Jango, os aspectos da sua política econômica, financeira, aquilo que o *Correio* achava que estava errado. E também apoiava o que coincidissem com seu ponto de vista [...]. O ‘fora’ foi consequência da posição do João Goulart, porque desde que ele abandonou o governo, desde que saiu ou estava disposto a sair, o "Correio da Manhã" passou a defender uma posição legalista, que era a da posse do Ranieri Mazzilli [...]. Mas, o *Correio da Manhã*, de repente, foi surpreendido.⁴⁴

No período inicial da ditadura militar, Cony foi um dos principais, se não o principal responsável pelo papel aguerrido do *Correio*. Em entrevista, Edmundo Muniz lembrou do matutino e explicou por que o sucesso do jornal não o manteve ativo.

E, como único jornal que combatia abertamente o regime militar, ele viu suas vendas pularem de 80 mil exemplares diários para 120 mil, atingindo a cifra de 300 mil aos domingos. Mas como a base desse crescimento era a venda avulsa em bancas, que financeiramente não compensava, somado à redução dos anunciantes quase a zero, em um boicote comandado pelo governo, chegou-se a uma situação de insolvência.⁴⁵

Nesse momento, de acordo com Sodré, o *Correio* “teve a sua fase gloriosa, tornando-se entre 1964 e 1965, o baluarte das liberdades individuais, no protesto e na denúncia das torturas, das arbitrariedades que passaram a constituir o cotidiano da vida brasileira”.⁴⁶ Justamente por essa postura combativa, acabou tendo que fechar em 1974 por falta de verbas publicitárias. Encerrou-se assim um ciclo tradicional de sucesso, que fez história na imprensa. O *Correio da Manhã*, foi um dos matutinos mais lidos no Rio de Janeiro. Maria Aparecida de Aquino

⁴⁴ Apud NEGREIROS, Gilberto. *Almanaque da Folha de S. Paulo* (entrevista com Edmundo Moniz em 12 jan. 1979). Disponível em < http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_8.htm# >

⁴⁵ Apud Imprensa: *Jornalismo & Comunicação*, op. cit., p. 13.

⁴⁶ SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., p. 435.

atesta as punições sofridas pelos veículos de informação. Segundo ela, os militares

Patrocinaram o desaparecimento de experiências tradicionais na imprensa como o *Correio da Manhã* e inovadoras como a *Última Hora*, sufocadas ambas por terem cometido o pecado de serem incômodas vozes dissonantes. Abriu-se o caminho para a padronização e oligopolização na imprensa.⁴⁷

⁴⁷ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado Autoritário (1968-1978)* – o exercício cotidiano da dominação e da resistência: *O Estado de S. Paulo* e *Movimento*. Bauru: Edusc, 1999, p. 17.

1.2 O engajamento político de Cony

Mas um jornalista do Correio, mais do que qualquer outro, se transformou no panfletário que a hora exigia e a Nação esperava para lavar a face e levantar a cabeça.

Ênio Silveira

Diversas fontes pesquisadas e já mencionadas neste trabalho apontam para a data de abril de 1964, como um divisor de águas na carreira profissional de Cony. Entretanto, a atuação no terreno político é anterior a 1964. Dois anos antes, o jornalista foi à Argentina como repórter cobrir o movimento militar que se passava no país. Segundo ele, testemunhou tanta truculência militar que sentiu naquele momento saudade dos militares brasileiros – mal sabia que essa onda golpista estava por assolar seu país.

Em 1964, às vésperas do movimento golpista Cony estava afastado da redação do *Correio*, recuperando-se de uma cirurgia. Em obra relançada em 2004, *A revolução dos caranguejos*, o próprio jornalista tratou de recompor aqueles dias entre o final de março e o começo de abril. Conforme seu relato, na manhã do dia 1. de abril recebeu um telefonema de Carlos Drummond. Conversaram sobre a notícia do rádio que dizia que o Forte de Copacabana⁴⁸ havia sido tomado por tropas militares. Em seguida, o poeta o convidou para dar uma volta no Posto Seis, em Copacabana.⁴⁹ Nas palavras de Cony,

⁴⁸ Reduto militar no Posto Seis, em Copacabana, que apoiava João Goulart em 1964.

⁴⁹ Cf. CONY, Carlos Heitor. *A revolução dos caranguejos*, *op. cit.*, p. 13.

Cinco minutos depois, ele me esperava na portaria do edifício Renoir, com um guarda-chuva típico de mineiro precavido, quase do tamanho de uma barraca de praia. Considerando-me frágil, segurou meu braço e fomos assuntar a história pátria que se fazia em nossos domínios.⁵⁰

Durante o percurso em Copacabana, Cony conta que assistiu à movimentação militar. Viu soldados armados e tanques nas ruas. Viu, inclusive, um soldado da Marinha batendo em um rapaz que havia gritado “viva Brizola!” ou “viva Jango!”⁵¹ O cronista relata ainda que de pergunta em pergunta foi que souberam que as tropas fiéis a Jango não resistiriam. “Era o fim do governo Goulart, o *fora* que o *Correio da Manhã* havia pedido naquela manhã.”⁵²

É relevante reiterar que a mudança brusca ocorrida naquele momento na política brasileira foi que produziu uma mudança temática na atuação jornalística de Cony. E não se pode atribuir isso simplesmente à repressão social e política imposta pelos militares, pois a reação do cronista foi imediata, e, além disso, naqueles primeiros dias de abril, apesar de alguns atos violentos, ninguém ousaria prever de fato como decorreria a política dos militares. Muita gente acreditava que o governo seria provisório.

Ainda sobre o passeio de Cony na companhia de Drummond, ele fala que percebeu algo estranho na feição do poeta.

Voltamos para casa. Drummond, com aquela famosa cabeça baixa, como se estivesse pisando um chão de ferro, ferro de Itabira. Reparei que ele estava contraído, o maxilar inferior tenso, fazendo estremecer a carne de seu rosto magro. Não sei em que estaria pensando. Ou melhor: sabia.⁵³

Foi desse encontro que saiu a primeira crônica sobre o movimento militar de 1964, intitulada “Da salvação da pátria”, publicada no segundo dia de abril; nela o cronista comentou o passeio por Copacabana: “Um heróico general à paisana [...] apanha dois paralelepípedos, e concentra-se na brava façanha de

⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 13 e 14.

⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 19.

⁵² *Idem*.

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 20.

colocar um em cima do outro” formando uma “gloriosa barricada”.⁵⁴ Questionado sobre o motivo daquilo, o general diz que é para conter as tropas de oposição do I Exército. O cronista conta que não teve trabalho de demolir a “barricada” com um pontapé. E escreveu ainda: “Das janelas, cai papel picado. Senhoras pias exibem seus pios alvacentos lençóis, em sinal de vitória [...] surge uma bandeira nacional. Cantam o Hino também Nacional e declaram todos que a Pátria está salva.”⁵⁵ Cony afirma que não teve o que explicar para a filha pequena que o questionava:

– É carnaval, papai?
– Não.
– É campeonato do mundo?
– Também não.
Ela fica sem saber o que é. E eu também fico. Recolho-me ao sossego e sinto na boca um gosto azedo de covardia.⁵⁶

Após a publicação dessa crônica, Cony esteve na redação do *Correio*, como normalmente fazia, e recebeu um telefonema da viúva de Graciliano Ramos elogiando-o pelo que escrevera, como também outro telefonema de Drummond, que alarmou Cony ao escutar: “Um abraço”. Na mesma noite, alguns colegas meio receosos lhe perguntaram se ele havia sofrido algum tipo de advertência da direção do jornal ou algo parecido. Cony apenas estranhou.⁵⁷ Segundo ele, somente quando chegou em casa foi que leu os jornais do dia e entendeu o receio dos amigos e as palavras de Drummond. De forma geral, todos os outros jornais haviam saudado o golpe com maior, ou menor entusiasmo. Em *A revolução dos caranguejos*, o autor comentou seu sentimento diante do fato:

Por vinte e quatro horas, acredito, minha crônica ficou sendo o patinho feio da imprensa. Bem mais tarde, já digerido o impacto daqueles tempos, lembrei-me de uma piada do Juquinha, personagem de várias anedotas [...]. Na escola que Juquinha

⁵⁴ *Idem*, *O ato e o fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 26 e 27.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 27.

⁵⁷ Cf. *idem*, *A revolução dos caranguejos*, *op. cit.*, p. 26.

freqüentava, a professora obrigava os alunos a se levantarem quando ela chegava, e a dizer em coro: “Bom dia, professora!”. Juquinha estava resfriado, não foi à aula e a professora decidiu mudar a regra do jogo: que ninguém se levantasse quando ela chegasse, nem desse o “Bom dia, professora!”. Acontece que não avisaram o Juquinha, e quando, no dia seguinte, a professora chegou para a aula, ele se levantou e disse em voz mais ou menos alta o que sempre costumava dizer: “Chegou a puta da professora!”.⁵⁸

Deve ser salientado que há diferentes perspectivas de se analisar o movimento militar de 1964. Mas as vertentes estão inseridas no contexto mundial da Guerra Fria, quando o mundo estava dividido ideologicamente entre capitalismo e comunismo. Nesse cenário, vários países da América Latina ao tentarem pôr em prática políticas de caráter reformista que se afastavam parcialmente, das formas tradicionais de dominação capitalista, sofreram intervenções militares. Essas intervenções golpistas tiveram alguns aspectos em comum. O primeiro é que foram preparadas especialmente por setores da elite em conjunto com a alta cúpula das Forças Armadas. Em segundo lugar os países que viveram tais experiências adentraram em um período de repressão e violência política. Um terceiro fator foi o apoio dos EUA aos golpistas. No Brasil esse apoio esteve pronto para ser efetivado mais concretamente, caso houvesse uma tentativa de contragolpe. Essa articulação levou o nome de Operação Brother Sam.⁵⁹

O golpe de abril de 1964 não foi, obviamente, um ato isolado. No plano interno, aliás, ele representou o coroamento de toda uma série de arremetidas golpistas que marcaram a trajetória histórica do populismo no Brasil. Como lembra Caio Navaro Toledo, em recente artigo sobre os reacionários na política

⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 27 e 28.

⁵⁹ Trata-se de um apoio logístico composto por uma esquadra de porta-aviões norte-americanos que estavam de prontidão para intervir, ao lado dos golpistas, no Brasil, se se iniciasse um processo de guerra civil. Num depoimento, Carlos Lacerda revelou o que teria ouvido do embaixador estadunidense sediado no país, Lincon Gordon: “Vocês fizeram uma coisa formidável! Essa revolução sem sangue e tão rápida! E com isso pouparam uma situação que seria profundamente triste, desagradável e de conseqüências imprevisíveis no futuro das nossas relações: vocês evitaram que tivéssemos que intervir no conflito.” LACERDA, Carlos. *Depoimentos de Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 287.

brasileira, “durante a breve vigência da Carta constitucional de 1946, o golpe de Estado sempre rondou a democracia brasileira, instituída com a queda do Estado Novo – 1937-1945.”⁶⁰ Afinal,

Quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando seqüência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história.⁶¹

Havia nesse período, a idéia, acalentada por setores conservadores, de que o país necessitava de um “Estado forte”, militarizado, capaz de comandar a nação, inclusive com o uso da força, a fim de garantir a estabilidade social, econômica e política. Como ressaltam os organizadores de *Visões do golpe*, “essa utopia autoritária estava claramente fundada na idéia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral.”⁶²

No dia 2 de abril, Ranieri Mazzilli, que era presidente da Câmara, tornou-se presidente do país. A sua posse foi uma manobra feita às pressas, literalmente às escuras:

Enquanto o presidente [Goulart] voava para o Rio Grande do Sul, Auro Moura Andrade, baseado “nos fatos e no regimento”, declarou vaga a Presidência da República e organizou uma cerimônia bizarra. No meio da madrugada, acompanhado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, rumou para o palácio do Planalto. Levava consigo o deputado Ranieri Mazzilli, que, como presidente da Câmara, seria o sucessor de Jango, caso a República estivesse acéfala. Formaram a menor comitiva de posse de um presidente da história republicana. Atravessaram a praça dos Três Poderes nuns poucos automóveis e encontraram o Planalto às escuras. O deputado Luiz Viana Filho subiu as escadas com a ajuda de fósforos acesos [...]. A posse do deputado Ranielli Mazzilli na Presidência era inconstitucional, visto que João Goulart ainda se encontrava no Brasil. Preenchia,

⁶⁰ TOLEDO, Caio Navarro. Ninguém assume que é reacionário. *Caros Amigos*, n. 26, São Paulo, out. 2008, p. 4.

⁶¹ *Brasil nunca mais: um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 53.

⁶² D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro. 2004, p. 9.

contudo, a necessidade de um desfecho aparentemente legítimo [...]. Enquanto Mazzilli tomava posse no Planalto, o Avro ac2501 pousava em Porto Alegre com o presidente.⁶³

Como já frisamos, antes desse alvoroço político, as crônicas de Cony tratavam de temas ligados a literatura, ao cinema, às artes, exceto política. Ele sempre fez questão de demonstrar desprezo por política, daí ser considerado por muitos, na época, como alienado. Ele próprio conta que, a princípio, não pretendia dar sequência a crônicas políticas: “Não tinha intenção de continuar naquela linha, dei-me por satisfeito com aquela primeira crônica.”⁶⁴

Porém, como atesta o cronista, saiu no dia seguinte, em jornais do Rio, uma extensa matéria paga pedindo a prisão dos signatários do Manifesto do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)⁶⁵, que tivera origem no Comitê Cultural do Partido Comunista. Para surpresa de Cony, o nome dele figurava entre as dezenas de assinaturas. E ele contou como foi que assinou tal documento datado de 7 de outubro de 1963:

Tomava café na rua Senador Dantas com o romancista Campos de Carvalho quando vimos Jorge Amado e Eneida de Moraes na calçada. [...] Jorge tirou de uma sacola o texto do manifesto e fez com que assinássemos. Fosse uma promissória, eu assinaria, por amor ao Jorge e respeito a Eneida. Na realidade, nem sequer passei os olhos pelo texto, sendo que Campos de Carvalho tampouco se interessou pelo seu conteúdo.

E agora, meses depois, dois jornais pediam a prisão de todos os signatários daquele documento, que, segundo o grupo de democratas, faziam parte do esquema comunista de assalto ao poder. Por isso, embora não quisesse me meter na seara política, escrevi no dia 7 de abril minha segunda crônica política.⁶⁶

⁶³ GASPARI, Elio, *op. cit.*, p. 111 e 113.

⁶⁴ CONY, Carlos Heitor. *A revolução dos caranguejos*, *op. cit.*, p. 29.

⁶⁵ O intuito do Manifesto do CTI era uma convocação para a organização dos intelectuais brasileiros em defesa da emancipação cultural e da luta política em conjunto com outras frentes populares em favor de uma sociedade mais justa. O manifesto é datado de 7 de outubro de 1963. Entre os signatários destacavam-se Jorge Amado, Ferreira Gullar, Ênio Silveira, Dias Gomes, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Lins, Janete Clair, Nara Leão, Chico Anísio, Oscar Niemeyer, Glauber Rocha, Arnaldo Jabour e o próprio Cony.

⁶⁶ CONY, Carlos Heitor. *A revolução dos caranguejos*, *op. cit.*, p. 38 e 39.

Em outro ato de bravura, Cony publicou o Manifesto do CTI em seu espaço no *Correio*. Num preâmbulo, apelidou o movimento militar de 1964 de “quartelada de 1. de abril.” Em sua segunda crônica, “O sangue e a palhaçada”, de 7 de abril, ele desabafou dizendo ter orgulho de seu nome aparecer no Manifesto CTI, por se tratar de um movimento que luta por dias melhores, e que não vê razão para alterar a opinião nele expressa, mesmo divergindo dele em vários pontos: “pelo contrário. Tenho, mais do que nunca agora, a certeza de que a sociedade brasileira precisa realmente de novas e melhores estruturas. Essa que aí está não presta mesmo”.⁶⁷ Nessa mesma crônica, o jornalista ainda desafiou o autoritarismo militar:

Não escrevo para ser lido por generais e acredito sinceramente que eles, além de não me compreenderem, não gostariam de minha literatura [...]. Não preciso de generosidade, da complacência ou da omissão de quem quer que seja. Não pedirei licença na praça da República ou na rua da Relação para pensar.⁶⁸ Nem muito menos me orientarei pelos pronunciamentos dos líderes civis ou incivis do movimento vitorioso. Acredito que posso me dar ao luxo de pensar com a própria cabeça. Mais: acredito que cada qual deve ficar com a própria cabeça em seu lugar. Não é hora para degolas nem recuos. Quanto mais não seja, devemos evitar o sangue e a palhaçada.⁶⁹

De uma vez por todas, após a publicação dessa crônica Cony se inseriu no campo político. E é a essa postura assumida que Denis Benoît se refere como engajamento. Em outras palavras, o próprio cronista atesta essa reviravolta em sua vida: “A partir daquele momento, não tive dúvida sobre o que me competia fazer. Muitos dos meus amigos estavam presos, asilados nas embaixadas ou caíram na clandestinidade, deixando seus lares, mulheres e filhos na pior”.⁷⁰

À medida que os militares se consolidavam no governo, iniciou-se uma violenta repressão aos setores mobilizados à esquerda, como a CGT, a UNE, as Ligas Camponesas, a Ação Popular (AP) e grupos católicos como a Juventude

⁶⁷ *Idem, O ato e o fato, op. cit.*, p. 34.

⁶⁸ Locais em que estavam sediados o Ministério da Guerra e o Dops.

⁶⁹ CONY, Carlos Heitor, *O ato e o fato, op. cit.*, p. 34 e 35.

⁷⁰ *Idem, A revolução dos caranguejos, op. cit.*, p. 43.

Universitária Católica (JUC). Centenas de pessoas foram presas arbitrariamente. Instalou-se a prática da tortura como instrumento para obtenção de informações e como forma de punição. No Nordeste o líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife.⁷¹

No dia 9 de abril foi baixado o Ato Institucional número 1, mais conhecido como AI-1. O ato previa a eleição indireta do presidente da República e autorizava o presidente a cassar mandatos, direitos políticos e a suspender por seis meses as garantias constitucionais, além de limitar os poderes do Congresso. No dia 11 de abril, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência, depois de ter sido eleito por um Congresso totalmente desconfigurado. Foi o primeiro dos cinco presidentes militares que comandaram o país ao longo dos 21 anos de ditadura.

Cony não deixou por menos. Dois dias após a decretação do AI-1, publicou a crônica “O ato e o fato”. Nesta, ele criticou duramente o AI-1 e explicou o significado do título que também atribuiu à obra que reúne as crônicas escritas em 1964.

Lendo o preâmbulo do Ato tive repugnância pelos seus redatores [...]. Na realidade [ele] não foi editado. Foi simples e tiranicamente imposto a uma Nação perplexa, sem armas e sem líderes para a reação. Foi desprezivelmente imposto a um Congresso emasculado.

O ato não foi um ato: foi um fato, fato lamentável, mas que, justamente por ser um fato, já contém, em si, os germes do antifato que criará o novo fato. [...]

Enfim, temos o Ato e o Fato. O Ato é esse mostrengo moral e jurídico que empulhou o Congresso e manietou a Nação. O Fato é que a prepotência de hoje, o arbítrio de hoje, a imbecilidade de hoje, estão preparando, desde já, um dia melhor, sem ódio sem medo. E esse dia, ainda que custe a chegar, ainda que chegue para nossos filhos ou netos, terá justificado e sublimado o nosso protesto e a nossa ira.⁷²

⁷¹ CASTRO, Celso. *O golpe militar e a instauração do regime militar*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm>. Acesso em: 12 jun. 2007.

⁷² CONY, Carlos Heitor, *O ato e o fato*, op. cit., p. 39 e 40.

No dia 10 de abril saiu uma lista contendo o nome de 102 pessoas cassadas pelo regime, sendo 41 deputados federais. Entre os cidadãos sobressaíam nomes como João Goulart, Jânio Quadros, Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Celso Furtado, Darcy Ribeiro e Nelson Werneck Sodré. Daí por diante as arbitrariedades do novo governo só aumentaram.

Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídios, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado.⁷³

Passados alguns dias após o golpe, o *Correio da Manhã* assumiu juntamente com Cony uma postura de defesa da democracia. Já no dia 15 de abril, outro jornal carioca, *Última Hora*, também manifestou posição expressamente contrária ao novo regime. E a partir de setembro do mesmo ano, o *Correio* pôs-se a denunciar as torturas que se espalhavam pelo país.

Em 14 de abril, na crônica “A revolução dos caranguejos”, Cony criticou duramente a tentativa dos militares em chamar o golpe de 64 de revolução, utilizando-se de ironia e humor. Esse texto chegou inclusive a ser publicado em vários jornais do exterior.

Já que o Alto Comando Militar insiste em chamar isso que aí está de Revolução – sejamos generosos: aceitemos a classificação. Mas devemos completá-la: é uma Revolução, sim, mas de caranguejos. Revolução que anda para trás. Que ignora a época, a marcha da história, e tenta regredir ao governo Dutra, ou mais longe ainda, aos tempos da Velha República [...].

Sem medo, e com coerência, continuo afirmando: isso não é uma revolução. É uma quartelada continuada, sem nenhum pudor, sem sequer os disfarces legalistas que outrora

⁷³ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas* – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 70. Ainda em abril, o poder de censura começava a mostrar sua face. Nesse mês foram apreendidas as cópias do filme *Deus e o diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, depois liberadas em 1965.

mascaravam os pronunciamentos militares. É o tacão. É a espora. A força bruta. O coice.

Que os caranguejos continuem andando para trás. Nós andaremos para a frente, apesar dos descaminhos e das ameaças. Pois é na frente que encontraremos a nossa missão, o nosso destino. É na frente que está a nossa glória.⁷⁴

Com decorrência disso, o cronista e sua família foram ameaçados de seqüestro e agressão. Militares armados cercaram sua residência, e o jornalista teve de procurar abrigo seguro para sua família antes de voltar a escrever. No entanto o jornal não deixou de publicar a notícia das ameaças, e, paralelamente, Cony apesar de naturalmente amedrontado, deu seqüência às críticas ferrenhas contra o comando militar do país.

No dia seguinte o jornalista não publicou nenhuma crônica, porque ele e sua família estavam escondidos em casa de amigos. Mas no outro dia saiu na capa do jornal um editorial elaborado pela direção do *Correio* intitulado “Ameaças e opiniões”. Nele lia-se:

Na tarde de ontem, o nosso companheiro Carlos Heitor Cony começou a ser ameaçado por um grupo que se intitulava “de oficiais do Exército”. [...]

Cerca de meia-noite, aumentavam os indícios de uma invasão ao seu lar.

Em todo o dia de ontem as ameaças continuaram [...].

Carlos Heitor Cony além de nosso cronista, passou por diversos postos de nossa redação: copidesque, repórter internacional, editorialista e, atualmente, editor.

Nunca foi comunista. Nunca manteve vínculos administrativos, políticos ou sociais com o governo deposto.⁷⁵

Mais recentemente, Cony comentou em entrevista o quanto temeu as ameaças sofridas pelos militares depois que saiu a “crônica dos caranguejos”:

Foi em 1964. Um dia que eu não estava em casa a polícia invadiu meu apartamento. Eles bateram nas empregadas, reviraram tudo – chegaram a furar o teto, que era baixo, para ver se não tinha arma. Quando cheguei e vi tudo aquilo, fiquei com

⁷⁴ CONY, Carlos Heitor, *O ato e o fato*, op. cit., p. 41-43.

⁷⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 44 e 45.

muito medo. Eu, na verdade, já vinha recebendo ameaças. Na manhã seguinte, o telefone tocou, era do *Correio da Manhã*, avisando que um grupo de militares iria me seqüestrar. Comecei a tremer. Eu morava no quarto andar de um prédio em Copacabana. Desci até o primeiro, pulei para o edifício vizinho e fugi. Passei duas semanas escondido em casa de amigos.⁷⁶

O ato de ameaçar e aterrorizar quem se manifestasse contra o regime era uma prática recorrente dos militares. Cony aproveitava-se da condição de jornalista e dava o troco, utilizando seu espaço para registrar as ameaças. Foi assim na crônica do dia 5 de maio, “Cipós para todos”.

Por hoje chega. Aproveito esse final de crônica para dar um recado às pessoas que me ameaçam, por carta ou por telefone: sou um homem desarmado, não tenho guarda-costas nem medo. Tenho, isso sim, uma obra literária que, bem ou mal, já me dá uma razoável sobrevivência. Esse o meu patrimônio, essa a minha arma. Qualquer violência que pratiquem contra mim terá um responsável certo: general Costa e Silva, Ministério da Guerra, Rio – e infelizmente – Brasil.⁷⁷

Apesar de se classificar como “anarquista inofensivo”, Cony se posicionava, então, politicamente, de forma explícita, em prol da democracia, contra a ilegitimidade dos militares no poder estatal e em favor da ação pela liberdade. Daí a analogia com a luta dos hebreus contra a opressão, presente em *Pessach*.

Aparecem, ao longo das crônicas reunidas em *O ato e o fato* e também no romance *Pessach*, comparações entre o governo militar brasileiro com outros regimes ditos totalitários, como o de Mussolini, Hitler e Stálin. Essa postura que envolvia o distanciamento das esquerdas institucionalizadas (como, por exemplo, o PCB), rendeu-lhe até retaliações, como veremos adiante. Independentemente de não se vincular a nenhum projeto político socialista/comunista, o cronista – tido como subversivo pela direita – cobrava nesse momento um comportamento mais claro dos intelectuais. Em “A hora dos intelectuais”, de 23 de maio, ele e

⁷⁶ *Cadernos de Literatura Brasileira*, op. cit., p. 52.

⁷⁷ CONY, Carlos Heitor, *O ato e o fato*, op. cit., p. 73.

Ferreira Gullar (essa crônica foi escrita a quatro mãos⁷⁸) os convocavam a se engajar na defesa da liberdade. E denunciavam a enorme interferência militar nos redutos das idéias, como as universidades.

Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no País. Digo isso como um alerta e um estímulo aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de serem *a consciência da sociedade*. [...]

Reitores são substituídos por ordem de militares. Professores são destituídos de suas cátedras e presos. O pânico se generalizou por todas as classes e por todas as cidades. A qualquer hora pode bater um policial à sua porta e levá-lo – sabem Deus e a Polícia para onde [...]

Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuseram a lutar agora – talvez muito em breve não tenham mais o que defender”.⁷⁹

Vale registrar, aqui, que alguns dos argumentos que compõem *O ato e o fato* reaparecem no romance *Pessach* sob a forma de diálogos. Quando o personagem Sílvio (no caso, um comunista) vai atrás do protagonista narrador Paulo Simões para convencê-lo da necessidade do engajamento, o apelo clama justamente pela urgência da ação contra a ditadura.

– Paulo, você, como todos nós, está na encruzilhada. O país, a humanidade, estão na encruzilhada. Só há duas atitudes: ou ficamos sentados, à beira da estrada, sem tomar nenhum dos caminhos, ou optamos por um deles. [...] Assim só lhe restam dois caminhos, que são a outra ponta da alternativa inicial. Pois venho propor o meu caminho, que pode ser o nosso caminho: numa palavra simples, pequena e perigosa: a luta.⁸⁰

⁷⁸ Cf. *idem*, *O ato e o fato*: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. As demais referências a esta obra tomam por base a reedição da Civilização Brasileira de 1979.

⁷⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 100-103.

⁸⁰ *Idem*: *Pessach: a travessia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 29 e 30. Logo se vê que, embora Cony jamais tenha aderido a ideais comunistas, isso não o impedia de colocar na boca desse personagem – um comunista dissidente do PCB – palavras de chamamento à resistência, por mais que o autor e Sílvio pudessem divergir quanto à maneira concreta de lutar contra a ditadura.

Não é irrelevante, para a compreensão de *Pessach*, perceber que o engajamento do autor é anterior à produção desse romance. Cony, com suas crônicas, ergueu a bandeira da luta política já em 1964. Já em *Pessach* a proposta inicial da luta armada parte de um personagem que, no plano do enredo, diverge da opinião do narrador e que, no desenrolar do romance – ao ser forçado a conviver com os militantes –, acaba, de um modo ou de outro, aderindo à resistência armada.

Outra questão abordada por Cony – que aparece tanto nas crônicas quanto em *Pessach* – é a denúncia da tortura cometida pelos militares. No jornal, ele criticou a prática da tortura, que muitas vezes lhe era relatada por leitores por meio de cartas.⁸¹ No livro, essas denúncias aparecem nos relatos dos personagens. Além disso, o líder dos militantes, Macedo, tem em seu rosto e em sua história as marcas dessa violência.

O tratamento dado por militares aos presos políticos era deplorável, quer fossem: homens, mulheres, idosos ou grávidas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil, era ignorada, como se relata na obra: *Brasil: nunca mais*, dedicada a pôr a nu as torturas perpetradas pelo governo militar.

Em vinte anos de Regime Militar, este princípio foi ignorado pelas autoridades brasileiras. A pesquisa revelou quase uma centena de modos diferentes de tortura, mediante agressão física, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos, aplicados aos presos políticos brasileiros. A documentação processual recolhida revela com riqueza de detalhes essa ação criminosa exercida sob auspício do Estado.⁸²

A disposição de Cony em opor-se abertamente ao governo logo acarretou-lhe, além das ameaças, um processo movido pelo então ministro da Guerra Arthur da Costa e Silva, que veio a ser presidente entre 1967 e 1969. O jornalista e escritor Fernando Jorge, atesta em sua obra *Cale a boca, jornalista!* a insatisfação que a ação de Cony produzia no meio militar, com a ressalva de que,

⁸¹ Cf. CONY, Carlos Heitor, *O ato e o fato*, op. cit., p. 102.

⁸² *Brasil nunca mais*, op. cit., p. 34.

pelo fato de ser jornalista e não político, ele acabou escapando de uma punição no momento em que o então presidente Castelo Branco topou com a sugestão de incluí-lo numa lista de cassações e decidiu poupá-lo.

O destemor, a sinceridade, a honestidade do jornalista, por outro lado, incomodavam o pessoal da ‘linha dura’, pouco disposto a ler comentários desfavoráveis. É fato insofismável: Cony não era deputado ou senador. Portanto o marechal cometeu um erro, quando declarou que não via motivos ‘para cassar-lhe o mandato’.⁸³

O nome de Costa e Silva aparece freqüentemente nas crônicas entre os protagonistas das barbáries, a exemplo de “A afronta e o latrocínio”, publicada em 28 de maio. Nesta, o cronista comentou uma entrevista do então ministro da Guerra: “Foi um espetáculo deprimente a entrevista do honrado ministro da Guerra em São Paulo. Metade cômico, metade infantil, e integralmente agramatical, o nobre senhor Costa e Silva fez um *strip-tease* mental, cívico e político que deixa muito mal a chamada Revolução”. Nessa entrevista, Costa e Silva apresentou mapas e fotografias que seriam de conteúdo subversivo. Cony não economizou críticas:

eu poderia escrever dias e dias sobre as ingenuidades políticas, as tolices ideológicas e a nenhuma cultura do nobre líder revolucionário. Mas prefiro responder à parte que diretamente me tocou: a da liberdade da cultura e da minha liberdade pessoal.

Disse o general que as academias e faculdades estão funcionando. No regime hitlerista, no regime fascista, na URSS de Stalin, em Portugal, na Espanha, as academias e Faculdades também funcionaram e funcionam: os tiranos chegam até a ser admitidos nas academias e recebem grau *honoris causa* das faculdades. Porque o terror ideológico não é formal: é substancial. O pânico gera a covardia e os tiranos acabam sendo aceitos, tolerados ou endeusados. Não me causará surpresa se o general Costa e Silva ou o seu colega Mourão [Filho] forem homenageados ou admitidos em academias ou em faculdades. O estado policial-militar faz dessas coisas.⁸⁴

⁸³ JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista!* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 181.

⁸⁴ CONY, Carlos Heitor, *O ato e o fato*, op. cit., p. 108.

Durante a entrevista, Costa e Silva se referiu a Cony em tom de ameaça. O recado foi entendido pelo jornalista e respondido na crônica seguinte:

Pergunto se há liberdade de cultura sociológica. Pergunto se há liberdade, mas liberdade *mesmo* – de todos dizerem o que pensam. Para responder talvez inconscientemente a essas perguntas, o general argumentou com aquilo que me pareceu uma alusão pessoal: “Há um cronista que diariamente – são palavras suas – destila peçonha sobre a minha cabeça.” E acrescentou o general: “E esse homem está em liberdade, e enquanto eu sou ministro da Guerra ele é um simples cronista.” Bom, minha liberdade independe do favor do honrado ministro da Guerra. Sou livre e serei livre sem depender de ninguém, muito menos de um homem que é capaz de confundir latrocínio com laticínio. Minha liberdade física não pode ser violentada [...].

Quanto ao valor que o general dá a seu próprio cargo, saiba: dou muito mais valor à minha própria pessoa. Eu tenho uma obra, Sr. ministro, que por algum tempo será discutida, lembrada, amada ou odiada. Mas tenho. E que é que o Sr. tem, além da farda que as traças roem? [...]

Numa palavra: vimos um homem honrado, sincero, desprovido de qualquer malícia, um homem puro, dar um vexame público. Acreditamos que o general Costa e Silva precisa de melhores e mais hábeis conselheiros.⁸⁵

No decorrer do processo que Costa e Silva moveu contra o jornalista, o dia da audiência foi o tema da crônica publicada em 8 de setembro, “Na cova do leão”.

Hoje, às 10 horas, cumprindo intimação do juiz da 12. Vara Criminal, irei ao gabinete do senhor ministro da Guerra para presenciar, de corpo e protesto presentes, o depoimento daquela autoridade contra a minha pessoa [...].

Espero que tudo corra bem, dentro das normas civilizadas que fizeram nascer a Justiça, o Direito [...].

De minha parte reservo-me ao prazer e ao dever de responder a qualquer violência moral que me seja cometida [...].

Sou processado por artigos que aqui escrevi, em tiragens compactas de milhares de exemplares [...].

No instante em que sou levado aos tribunais, em condições adversas, visitando o leão em sua cova, exijo respeito do adversário [...].

⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 108 e 109.

Irei a seu gabinete de cabeça erguida. E de cabeça erguida de lá sairei. A História dá muitas voltas e – em curto ou longo prazo – o forte de hoje poderá ser o pigmeu de amanhã.⁸⁶

E ele foi ao gabinete de Costa e Silva. É fato que os leitores, na época, estiveram ansiosos pela crônica do dia seguinte. Se é que haveria crônica no outro dia, talvez pensassem. E houve. Seu título: “Maomé e a montanha”.

Poderia iniciar esta crônica dizendo que afrontei o general Costa e Silva na última terça-feira. Seria inverdade. Fui a seu gabinete na qualidade de acusado de um crime contra a segurança do Estado. Para isso, o general usou de todo o peso de seu atual cargo: fez a montanha ir a Maomé, em vez de Maomé ir à montanha [...]

O general é um homem baixo, mais feio do que parece pelas fotografias, mas quando começa a falar adquire uma certa simpatia, um calor humano que o torna respeitável e quase bonito [...]. Estendeu-me a mão, apresentando-se:

– General Costa e Silva!

Respondi no mesmo tom:

– Jornalista Cony! [...]

Nada do que o general disse no processo causou-me estranheza. Exceto, talvez, o fato de que meus artigos são transcritos em diversos jornais do País. Vou pedir, mais tarde, quando passar essa onda, que o general-ministro da Guerra me dê o nome e o endereço desses jornais. Vivo disso e tenho de receber a vil pecúnia pelo meu trabalho. É com essa vil pecúnia que pago o leite e o colégio das minhas filhas.⁸⁷

Abramos um parênteses para lembrar que, em entrevista concedida a Gustavo Previdi, em 2006, Cony comentou os processos e o encontro pessoal que teve contra Costa e Silva:

Fui o único jornalista daquela época que foi processado [...]. Fui preso seis vezes, sem ser da esquerda. Imagina se fosse. Eu peguei um processo com o Costa e Silva, que foi duro, tive que passar um ano e meio fora do país. Não tinha condições de trabalho aqui. Disso não estou arrependido. Estou arrependido pelo seguinte: o Brasil não aprendeu nada com isso.⁸⁸

⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 158-160.

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 161 e 162.

⁸⁸ PREVIDI, Gustavo, *op. cit.*

Fechado o parênteses, próximo do final de 1964 Cony diminui o teor político das crônicas, retomando outros temas de costume. Na crônica “Compromisso e alienação”, datada de 2 de novembro, ele admitiu que era sempre cobrado pelos leitores sobre os motivos que o levaram a esse redirecionamento de seus textos.

Escrevi sobre a situação nacional numa hora em que a política era secundária. [...] Como homem, como escritor, não podia ficar alienado aos descabros de abril e meses seguintes. Não me violentei. Não fiz política. Fiz o que sempre pretendi fazer: dei o meu testemunho.

A situação, em substância, não se modificou. Mas hoje há cintilantes escribas em todo País, há políticos profissionais e amadores, há donas de casa e estudantes que já fazem a mesma coisa, e com maior brilho: dão o seu testemunho. [...]

Creio que posso me dar ao direito de ter cumprido um dever para comigo mesmo. Ênio Silveira [...] define-me perfeitamente ao classificar-me de “lobo solitário, de feroz individualismo”. Sou assim, fui assim e continuarei assim [...] Continuo assim. Sei pegar num fuzil e sei contra quem devo atirar. Ninguém me mudou. Acima de qualquer compromisso para com a Pátria ou para com o povo, tenho um compromisso para comigo mesmo.⁸⁹

E Cony justificou tempos depois, em 4 de janeiro de 1979 – trecho que foi acrescentado a obra *O ato e o fato*, relançada em 1979 – que nessa crônica ele encerrou um ciclo de sua vida:

Mas ao escrever a crônica citada, dei por terminada minha meteórica aparição no jornalismo político. Já havia então numerosos escribas de melhor porte, que com maior técnica e mais acurada sensibilidade cumpririam o dignificante papel de consciência social no triste momento de nossa história.⁹⁰

Consta ainda das páginas finais da obra, um texto – muito oportuno, em se tratando de 1964 – intitulado “Uma palavra ainda,” no qual o autor transmite uma mensagem de esperança e de dias melhores à nação brasileira:

⁸⁹ CONY, Carlos Heitor, *O ato e o fato*, op. cit., p. 170 e 171.

⁹⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 12.

Aqui acaba o livro. Mas a luta ainda não acabou. O povo brasileiro continua sem caminhos, sem líderes, sem soluções [...]. Não queria terminar este livro sem uma palavra de esperança. Que cada qual mantenha-se à tona, lutando para evitar o naufrágio total e irrecuperável.⁹¹

O livro *O ato e o fato* foi lançado ainda em 1964, organizado por Ênio Silveira, editor da Civilização Brasileira, a quem coube a definição do seu título. A primeira edição esgotou-se rapidamente. Aos olhos da história, essa obra situa-se como uma importante referência do jornalismo e da produção cultural que reagiu ao golpe de 1964. Lê-lo foi, e ainda é, uma maneira de tomar conhecimento de parte do que se passou naqueles dias de governo discricionário. No dizer de seu autor, a obra:

São as minhas crônicas do *Correio da Manhã* que a Civilização Brasileira reuniu num livro [...] Não mexi nada [...]. É preciso dizer que não sou político, não tenho uma atuação política. E não sou homem de esquerda, nem de direita, nem de centro. Detesto o centro, detesto a direita, acho a esquerda um aglomerado de imbecis. [...]. Eu sou um anarquista inofensivo, e se a esquerda tivesse dado o golpe e cometido a mesma truculência da direita eu estaria do outro lado. Eu vi violência, meus amigos todos na cadeia, pessoal indo para o exílio, pessoal escondido e eu achei que era uma coisa anti-humana, e daí a minha veemência.⁹²

Para muitos que viveram o período pós-golpe, o que Cony escrevia no *Correio da Manhã* não foi em vão. Ao se referir ao tempestuoso abril de 1964, Luiz Fernando Veríssimo relembrou o efeito das crônicas diárias de Cony:

Lembro que naqueles tristes dias ler o Cony no *Correio da Manhã* era, ao mesmo tempo, um ato de rebeldia seguro [...] O Cony dizia o que queríamos dizer. O Cony era a nossa barricada moral. Foi através do Cony que não ficamos quietos. [...] na época em que a frase ‘leu o Cony hoje?’ virou uma espécie de senha dos inconformados.⁹³

⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 186 e 187.

⁹² PREVIDI, Gustavo, *op. cit.*

⁹³ *Cadernos de Literatura Brasileira, op. cit.*, p. 30

CAPÍTULO II: O INTELLECTUAL EM TRANSE... A CULTURA EM ÊXTASE

À aborrecida fascinação de uma arte fria, indiferente, contempladora do espelho, preferimos uma arte quente, que celebra a aventura humana no mundo e nela participa, uma arte irremediavelmente apaixonada e briguenta.

Eduardo Galeano

2.1 Intelectuais engajados em ação

O alvoroço social dos anos 60 foi caracterizado por uma intensa agitação cultural em muitas partes do mundo. No decorrer dessa década houve um processo de afloramento cultural, produzido principalmente por uma parcela da juventude que se manifestava com maior vigor, expressando seus valores próprios. Temas como feminismo, combate ao racismo, revolução e antiautoritarismo passaram a compor o universo dessa camada que rompeu barreiras e marcou presença na vida política.

No Brasil, essa década representou no campo cultural a época da canção de protesto, dos festivais de música, da bossa nova, do tropicalismo, do cinema novo, do teatro de arena e do ressurgimento da literatura comprometida. Nas palavras de Roberto Schwarz, no pré-64 o “país estava irreconhecivelmente inteligente.”⁹⁴ Nesse período, “a politização das massas se tornou o terreno fértil sobre o qual frutificaram iniciativas de cultura popular como nunca havia ocorrido em épocas anteriores.”⁹⁵ A causa política era a matéria-prima da produção artística. Conforme a posição que assumiam e/ou deixavam de assumir, os artistas eram classificados como alienados ou engajados.

Já depois do golpe e notadamente até 1968, à medida que o governo militar buscava reprimir manifestações políticas, a sociedade assistiu no campo cultural a uma fase de grande desenvolvimento que reproduzia na arte o clima tenso da política. É a fase que Marcelo Ridenti chamou de “a canção do homem enquanto seu lobo não vem.”⁹⁶ Ele aponta que o processo de endurecimento do regime gerou entre artistas e intelectuais “o dilema ‘entre a pena e o fuzil’, isto é, uma ‘cisão fáustica’ entre desenvolver sua ocupação específica ou participar do

⁹⁴ Apud RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, p. 93.

⁹⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 48.

⁹⁶ RIDENTI, Marcelo, *op. cit.*, p. 73.

processo de transformação social mais amplo”.⁹⁷ Nesse contexto, a “arte revolucionária”, no dizer de vários autores, convertia intelectuais à militância, transformando a batalha cultural em frentes de resistência.

Em relação a isso, há visões divergentes acerca do universo político cultural daquela época. Renato Franco – retomando Roberto Schwarz – concorda que surgia “uma anomalia na vida do país, uma vez que a esquerda passou a deter a hegemonia da vida cultural enquanto a direita detinha a vida política.”⁹⁸ Indo de encontro a essa premissa, Marcelo Ridenti buscou na análise de Marilena Chaui os argumentos para contestar a dita hegemonia cultural de esquerda.

Cabe dizer, então, que jamais houve uma hegemonia cultural de esquerda na sociedade brasileira, como poderia sugerir uma leitura menos aberta do artigo de Roberto Schwarz.⁹⁹ No máximo, esboçou-se a gestação de uma hegemonia alternativa, ou contra-hegemonia, que acabou sendo quase totalmente abortada e incorporada desfiguradamente pela ordem vigente.¹⁰⁰

E, com o passar do tempo, o que se evidenciou foi que “eles” venceram, como frisa Tânia Pellegrini, ao reconhecer que prevaleceu

um projeto modernizante, mas conservador, que valorizava a competência técnica, a fatura, a forma dos artefatos culturais e, sobretudo, a sua inserção definitiva no circuito do mercado [...] E esse projeto, que antes existia enquanto “promessa”, começou

⁹⁷ RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. In: *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*. v. 9 n. 14, Uberlândia, Edufu, CNPq e Capes, jan.-jun. 2007, p. 186.

⁹⁸ FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: à festa*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 27 e 28.

⁹⁹ Ridenti alude, aqui, ao famoso artigo Cultura e política, 1964-1969, republicado em SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

¹⁰⁰ RIDENTI, Marcelo, *op. cit.*, p. 91 e 92. Ridenti apresenta como exemplo o método de alfabetização de Paulo Freire, que, “uma vez despolitizado, transformou-se desfiguradamente no Mobral, peça-chave para conformar os deserdados à nova ordem do regime militar.” (p. 91). Neste ponto se pode perceber a circularidade ideológico-cultural a que se refere Adalberto Paranhos, ao acentuar que “o que importa destacar [...], ao contrário do que fazem as interpretações mais simplistas sobre os processos de dominação ideológica, é justamente a influência exercida pelas ideologias dominadas na produção das ideologias dominantes e/ou oficiais” PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 21.

efetivamente a confirmar-se a partir de 1964, com o golpe. Isso porque o governo militar instaurou um processo de consolidação de um setor industrial moderno para a economia do país, que incluía a penetração de capitais externos associados a empresas brasileiras, visando inserir o país no circuito do capitalismo internacional.¹⁰¹

O que importa ressaltar, contudo, nesta dissertação, é que entre 1967 e 68 certos romances captavam a insatisfação que a imposição de ditadura gerava ao transformar a cena político-social brasileira. E, nesse contexto, “*Quarup* e *Pessach: a travessia*, sintetizam essa mudança.”¹⁰² As duas obras representam bem o engajamento intelectual a que Denis Benoît se refere.¹⁰³ Segundo Malcolm Silverman foram os ficcionistas pós-64, “paradoxalmente, que melhor puderam comunicar a dura realidade, as notícias que, por longo do tempo, ficaram oficialmente abafadas.”¹⁰⁴ E mais:

fizeram-se notar pelo modo como documentam conspicuamente os abusos governamentais, desdenham sua imoralidade e oferecem uma solução revolucionária – todos temas expressamente políticos. Porém, tais atributos vêm junto com visões criativas e multifacetadas da identidade nacional e intenso memorialismo.¹⁰⁵

Quarup, de Antônio Callado, foi lançado em 1967 – antes de *Pessach* – pela Civilização Brasileira. O romance, apesar de não ter tido o impacto social de *Pessach*, também continua a ser referência obrigatória para se compreender a literatura engajada nos anos 60.

A obra de Callado narra a trajetória do ex-padre Nando, que aos poucos sofre um processo de transformação pessoal. Do convento, Nando parte para o

¹⁰¹ PELLEGRINI, Tânia. A produção cultural brasileira e o golpe de 1964: *Comunicare*: São Paulo, Fundação Casper Líbero, 2004, p. 111.

¹⁰² FRANCO, Renato, *op. cit.*, p. 50.

¹⁰³ Para Lígia Leite, tanto Cony como Callado, se afirmam como sujeitos ativos “na vida cotidiana, de ações políticas, decidiram participar por meio de romances, obedecendo a uma intuição, a de situar em termos ficção a fase que estamos atravessando.” LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *Quando a pátria viaja: uma leitura dos romances de Antônio Callado*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 140.

¹⁰⁴ SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Porto Alegre: Editoras da UFRGS e da UFSCar, 1995, p. 21.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 185.

Xingu a fim de fundar uma prelazia. Lá convive com índios que preparavam uma grande festa, o quarup, que seria uma homenagem aos antepassados. Mas esse ritual que incluía antropofagia – como modo de incorporar virtudes – não chega a se realizar, pelo menos diante dos leitores, pois, com o suicídio de Getúlio Vargas, desfaz-se a infra-estrutura do posto indigenista.

Em *Quarup* há várias “travessias”. O protagonista primeiro descobre a atração amorosa e carnal pelas mulheres, pelo exótico e erótico, o que o conduz até Francisca. O romance compõe um itinerário que parte do Rio de Janeiro, passa por Pernambuco e pelo Sul até Goiás. Porém, essa jornada talvez seja muito mais interior do que geográfica. O ex-padre envolve-se com movimentos camponeses, encontra-se e se desencontra ao longo do relacionamento com Francisca, que morre enquanto Jânio renunciava em Brasília.

Quando volta a Recife, o protagonista participa de programas de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire. Contudo, ao ser desfechado o golpe de 1964, Nando é preso e torturado devido ao seu apoio ao governo de Miguel Arraes. Nessa conjuntura, Nando encarna o espírito do amigo e guerrilheiro morto – Levindo – e adota seu nome. Acompanhado, então, de outro amigo, Manuel Tropeiro, e seus homens, rumam para o interior do país, de onde deflagrariam a luta social. É conversão do intelectual à militância, presente em *Quarup*.¹⁰⁶

Ao discorrer sobre o livro, Marcelo Ridenti observa que

O romance de Callado fazia a profecia da aliança entre o povo e os intelectuais, corporificada na guerrilha rural a ser deflagrada, na perspectiva típica daqueles que pegaram em armas contra a ditadura. Talvez hoje se possa dizer, olhando o passado, que essa visão era um tanto idealizada, otimista, utópica, idílica, romântica, enfim.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Ferreira Gullar concedeu grande atenção à obra de Callado e definiu a jornada do religioso como um processo de “deseducação”. E foi mais ou menos assim que intitulou uma resenha crítica escrita na *Revista Civilização Brasileira* sobre o romance: “*Quarup*, ou ensaio de deseducação para brasileiro virar gente.” Cf. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira. op. cit.*, p. 102.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 103.

Para além do campo das letras, o tom político estava presente na área musical. Como mensagem política, várias canções exprimiam muitas das idéias que animavam os estudantes universitários em suas manifestações, afirmando-se como instrumento de resistência ao regime autoritário. Nesse ambiente, desenvolveu-se uma música popular engajada, com mensagem explícita, direta, que incentivava a luta social. A chamada música de protesto teve como representantes, entre outros, compositores e intérpretes como Edu Lobo, Geraldo Vandré, Carlos Lyra, Sidney Miller, Sergio Ricardo e Elis Regina.¹⁰⁸

No cinema dois filmes são bastante claros quanto à perspectiva de luta: *O desafio*, de Paulo César Saraceni¹⁰⁹, e *Terra em transe*¹¹⁰ de Glauber Rocha. No primeiro, o personagem central, Marcelo, aparece na pele de um jornalista que vive sob o sufoco da instauração do regime militar e que, em consequência disso, fica dividido entre o amor e a responsabilidade que sente de agir. Marcelo busca ao longo da trama convencer os demais personagens da necessidade da ação. O filme tenta despertar no espectador a mesma reação.

Em *Terra em transe*, o protagonista Paulo Martins, também jornalista, além de poeta, integra um governo populista e procura, a seu modo, conscientizar o povo da necessidade do desencadeamento da luta. Todavia, o personagem é morto, e a mensagem que fica ao final é a mesma de *O desafio*, a necessidade da ação. Em outras palavras é preciso lutar contra a ditadura. O relato da personagem Sara descreve seu persistente engajamento:

Eu fui lançada no coração do meu tempo. Eu levantei nas praças meu primeiro cartaz. E eles vieram, fizeram fogo, amigos morreram, me prenderam. Me deixaram muitos dias numa cela imunda, com ratos mortos, me deram choques elétricos. Me seviciaram e me libertaram com as marcas. E mesmo assim eu

¹⁰⁸ Registre-se, aqui, sem entrarmos no mérito da questão – até porque foge aos propósitos desta dissertação – que as canções populares que se produziam nessa linha foram apontadas por Walnice Galvão como tendo por resultado concreto um efeito compensatório/consolador à maneira do provérbio “quem canta seus males espanta”. Ver o ensaio MMPB: uma análise ideológica, de GALVÃO, Walnice Nogueira. Saco de gatos: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

¹⁰⁹ SARACENI, Paulo César. *O desafio*, 1965.

¹¹⁰ ROCHA, Glauber. *Terra em transe*, 1965.

levei meu segundo, terceiros e sempre cartazes e panfletos. E nunca por orgulho. Era uma coisa maior. Em nome da lógica dos meus sentimentos!¹¹¹

Glauber Rocha talvez seja o principal responsável pelo sucesso do cinema novo. Antes do golpe, ainda em 64, havia lançado *Deus e o diabo na terra do sol*. Em geral, suas produções pretendiam abrir os olhos do público para questões sociais e políticas. *Terra em transe* “parece propor [o engajamento na] luta, no final, por meio da cena da metralhadora erguida – talvez não por acaso, quase a mesma imagem conclusiva do romance de Cony.”¹¹²

Juntamente com Cony, Glauber Rocha, além de Joaquim Pedro de Andrade, Mario Carneiro, o diretor teatral Flávio Rangel, os jornalistas Antônio Callado, Márcio Moreira Alves e o embaixador Jaime Azevedo Rodrigues haviam sido presos em 1965 por protestarem em frente ao Hotel Glória, no bairro da Glória, no Rio de Janeiro, contra a ditadura bem diante de autoridades internacionais. O episódio que resultou na primeira das seis prisões de Cony, ficou conhecido como Oito da Glória. É curioso que esse caso, que já havia sido relatado por Cony na sua coluna “Da arte de falar mal”, reapareça em *Pessach* como uma crítica formulada pelo editor – para quem Cony trabalha –, desiludido com atitudes consideradas aventureiras:

Veja o caso do Hotel Glória. Uma atitude muito bonita, nove camaradas vão lá, vão o marechal, vão para a cadeia, comem queijos franceses na prisão, são notícia de jornal, provocam manifestos, são soltos, nada aconteceu. Apenas enriqueceram a biografia pessoal de cada um. E daí?¹¹³

Difícil afirmar a quem pertence essa ironia. Se ao personagem (o editor) ou ao próprio Cony, que, anos mais tarde, admitiu que eles receberam na prisão um tratamento diferenciado.

¹¹¹ In: *idem, ibidem*.

¹¹² FRANCO, Renato, *op. cit.*, p. 64.

¹¹³ CONY, Carlos Heitor. *Pessach: a travessia*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 101.

O oficial de dia nos chamou aos pares, ele [Glauber Rocha] e eu fomos os primeiros a ser fichados. A inspeção preliminar consistiu num vexame. Ficamos nus, segurando nossas roupas e sapatos, em posição de sentido. Essa cerimônia – segundo me explicarão depois – ajudava a desmoralizar o que restava do moral dos presos. Ainda estávamos nus, olhando um para o outro, e sendo examinados pelo oficial de dia, quando o telefone tocou. Era alguém do Ministério da Justiça recomendando que tivéssemos um tratamento diferenciado dos demais prisioneiros. Os outros foram dispensados da cerimônia.¹¹⁴

Isso mostra que os intelectuais ainda eram encarados com outros olhos pela nascente ditadura. Afinal, eles não eram, nem de longe, o alvo privilegiado dos golpistas. Segundo Malcolm Silverman, “não deveria ser nenhuma surpresa, portanto, que a literatura socialmente engajada (mas não o teatro) permanecesse largamente isenta de censura, embora não de cooptação, nos anos seguintes a 1964”¹¹⁵, até devido à pouca tradição de leitura e leitores no país. Logo, tem razão Tânia Pellegrini ao ressaltar que entre 1964 e 1968 o alto comando militar estava muito mais preocupado em “cortar as cabeças” das lideranças sindicais e impedir que movimentos de esquerda se estabelecessem do que combater as manifestações e produções culturais, que até então não representavam um inimigo muito ameaçador.¹¹⁶

Essa postura foi o que permitia que ainda fossem veiculados “materiais subversivos”, ou que Carlos Heitor Cony metralhasse suas críticas aos militares, ou ainda que Nara Leão cantasse “podem me prender, podem me bater, que eu não mudo de opinião”.¹¹⁷ E se a arte comprometida não era combatida com tanto vigor, o processo de engajamento artístico ia se tornando a válvula de escape de resistência cada vez mais audaciosa.

A cultura conheceu (por volta de 1967-1968) um maior grau de radicalização política. Ela passou, então, com grande rapidez, a

¹¹⁴ ALMEIDA, Maria Hermínia. Tavares de e WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando e SCHWARCZ, Lília M. (coords.). *História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea*, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 390.

¹¹⁵ SILVERMAN, Malcolm, *op. cit.*, p. 22.

¹¹⁶ Cf. PELLEGRINI, Tânia, *op. cit.*, p. 112.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 113.

tematizar aquela que seria a questão básica: a revisão do papel do intelectual (e do artista), que, por sua vez, implicava a tematização de sua própria conversão.¹¹⁸

Daí que a produção cultural do anos 60 constituía, sem dúvida, importante espaço de circulação de idéias que nos permitem compreender, muito além da arte em si, o momento histórico daquela sociedade, quando a tendência ao engajamento ajudou a criar um caldo de cultura que, direta ou indiretamente, incentivou uma parcela dos críticos da ditadura a pegar em armas.

¹¹⁸ FRANCO, Renato, *op. cit.* p. 46.

2.2 Literatura comprometida: *Pessach: a travessia*

Acima de qualquer compromisso para com a Pátria ou para com o povo, tenho um compromisso para comigo mesmo. E é em nome desse compromisso que continuarei sendo o que sou, independente do aplauso, da vaia, da glória ou da miséria.

Carlos Heitor Cony

O romance *Pessach: a travessia*, de 1967 foi lançado e reeditado em 1975 pela editora Civilização Brasileira. Ambas as edições têm início com a informação “Hoje faço quarenta anos”, sem mencionar a data. Já a terceira edição, de 1997, da Companhia das Letras, traz na abertura “Hoje, 14 de março de 1966, faço quarenta anos.” O que nos leva a crer que, após o período da ditadura, o escritor optou por assumir, de maneira mais evidente, o caráter parcialmente autobiográfico da obra. A data de aniversário do protagonista Paulo Simões, 14 de março de 1966, não por acaso assinala exatamente a passagem do 40. aniversário de Cony. Existem na obra várias referências que confundem o autor com o personagem narrador: além da profissão de jornalista, os dois cultivam hábitos semelhantes, que vão do uso do cachimbo até o relato de algumas de suas manias.

Quando Cony descreve a fisionomia de Paulo, a semelhança entre o autor e o protagonista é evidente:

A cara é mais ou menos indecifrável, sinto nela, misturadas e diluídas, as minhas origens evidentes ou clandestinas: o olhar de cigano, o nariz de judeu. Para complicar, tenho o bigode, que vai

se tornando mais espesso e vasto, dando-me a aparência de vilão mexicano, traficante de cocaína, sei lá.¹¹⁹

Ao ser questionado sobre de onde partiu a idéia de escrever *Pessach*, Cony alegou uma inquietação pessoal. Justificou que, diante da crescente onda repressora dos militares, ainda em 1966, estava curioso para supor o quadro que se estabeleceria caso militantes do PCB decidissem por conta própria partir para a luta armada, contrariando as teses do Partidão. E acrescentou:

Em 67, saíram três obras sobre o tema da guerrilha, da luta armada como horizonte de resolução da crise política. “Quarup”, do Antônio Callado, “Terra em Transe”, do Glauber Rocha, e o meu livro, “Pessach”. O caminho das armas era lembrado como solução extrema. Cada um pegou o tema de uma maneira.¹²⁰

Segundo Renato Franco, *Pessach* representa uma vertente política característica do momento de sua produção. A obra compõe o que ele chama de “romance de impulso político”, que seria o momento de “revolta” contra a nova ordem então instaurada.

Contudo, os romances brasileiros pós-64 tenderam, em alguns casos, a desenvolver, pressionados tanto pela conjuntura política quanto pelas peculiaridades de nosso processo de modernização, o que poderíamos denominar de uma espécie de “linguagem de prontidão”, adaptando uma expressão original de Walter Benjamin.¹²¹

No romance, logo de cara Paulo atesta sua condição de pequeno-burguês:

Tudo corre bem. Não tenho amigos nem dívidas – duas coisas que incomodam. Laura [ex-mulher] portou-se com muita dignidade, renunciou à pensão que eu lhe pagava, antes de casar outra vez. Meus livros vendem bem, dá para manter um padrão de vida simples e confortável. Os críticos não chegaram

¹¹⁹ CONY, Carlos Heitor, *op. cit.*, p. 16.

¹²⁰ SILVA, Fernando de Barros e. Na prisão com Glauber e Callado (entrevista). *Folha de S. Paulo*, 28 jul. 1996.

¹²¹ FRANCO, Renato, *op. cit.*, p. 41.

a um acordo sobre aquilo que com alguma imodéstia poderia chamar de “minha obra”. Mas isso é problema deles.¹²²

Entre outros temas e personagens de sua vida, está o relacionamento que o escritor nutre com sua amante Teresa, a filha, Ana Maria, de dezesseis anos, que estuda em um colégio interno de freiras, e Laura. Completam o enredo, os personagens do núcleo revolucionário, entre eles, Sílvio, um amigo dos tempos do serviço militar no CPOR (Curso de Preparação de Oficiais da Reserva); Vera, uma jovem de classe média, filha de diplomata e ex-militante do PCB; Boneca, militante homossexual, que, juntamente com outro companheiro ferido, é responsável pela viagem que Paulo faz a Resende, onde se situa o esconderijo do grupo subversivo; Macedo, líder do grupo, e Débora, médica que presta assistência aos feridos na fazenda na qual todos se escondem, e que tem um caso com Paulo.

A tranqüilidade pequeno-burguesa de Paulo só é interrompida pelo que ele chama de “caso Sílvio”. Havia dias que Sílvio o procurava para uma conversa séria. Paulo já sabia que Sílvio era envolvido com organizações subversivas, talvez por isso até já previsse o teor do diálogo, que ele buscara evitar. Mesmo assim, após um telefonema esperava por Sílvio.

Já no apartamento do escritor, Sílvio não perdeu a oportunidade de criticar a atitude por ele considerada passiva e burguesa de Paulo diante da conjuntura política daquele período (princípio de 1966). Sílvio observa as prateleiras de livros de Paulo, tachando-o de corrompido. O escritor, por sua vez, também não deixa de notar que o amigo, apesar de “revolucionário”, mantinha um visual tradicionalmente burguês, de calça, gravata e camisa social. E não se tratava de um disfarce, mas um estilo de vida mesmo.

Ao longo da conversa, Sílvio anuncia que convidou mais uma pessoa que estava para chegar, Vera. Como quem dá as cartas, Sílvio faz uma ressalva: “vou expor o método de nossa conversa. Eu falarei. Você ouvirá. Vera será

¹²² CONY, Carlos Heitor, *op. cit.*, p. 7.

testemunha. Depois, fala você, eu ouço.”¹²³ Depois de um breve perambulo, ele vai direto ao ponto e propõe a Paulo, “numa palavra simples, pequena e perigosa, a luta”.¹²⁴ Paulo ameaça um movimento de quem vai interromper aquela pregação que lhe parece fastidiosa, mas é previamente contido por Sílvio, que termina fazendo uma de análise da situação do país:

Para resumir, apenas enumerando os problemas mais agudos, aí vai: supressão das liberdades públicas e individuais, empobrecimento brutal das classes médias, a faixa maior da população vivendo na miséria absoluta, degradação da pessoa humana, violências policiais, torturas, assassinios.¹²⁵

O questionamento de Sílvio sugere a tensão vivida no país por milhares de pessoas nos anos 60. Ele o faz como que mecanicamente, “como se estivesse recitando um poema há muito decorado, em que apenas o som das palavras contasse.”¹²⁶ Assistir de maneira passiva às arbitrariedades e à repressão política ou enfrentar os opressores a fim de conquistar a liberdade? Esse foi o dilema vivido por muita gente. E Sílvio conclui: “ficar sentado equivale a uma cumplicidade criminosa.” Paulo, por outro lado, já questionara Sílvio – como o faria durante quase todo o livro –, indagando: “Mas quem disse que eu estou disposto à luta? Que luta?”¹²⁷ Diante do que ouve, com indisfarçável indiferença, da boca de Sílvio, o escritor rebate alegando que tem assinado diversos manifestos. Isso, no entanto, segundo Sílvio, é pouco. O militante em seguida lhe oferece outra ferramenta que não a caneta para lutar contra o regime: “eu lhe venho oferecer exatamente isso: o fuzil.”¹²⁸

À medida que o diálogo se desenvolve, Paulo tenta convencer Sílvio de sua incapacidade para atirar e lutar. E Sílvio rebate:

um grupo de pessoas, de diferentes ideologias, padres, comunistas, militares, vigaristas, estudantes,

¹²³ *Idem, ibidem*, p. 29.

¹²⁴ *Idem, ibidem*, p. 30.

¹²⁵ *Idem.*

¹²⁶ *Idem, ibidem*, p. 29.

¹²⁷ *Idem.*

¹²⁸ *Idem.*

mulheres, lavradores, bancários, está disposto a lutar. Chegou-se à conclusão de que sem algum derramamento de sangue não haverá solução. Restava saber se havia condições objetivas para que esse sangue derramado, de um e de outro lado, não o fosse em vão. Pois bem: a hora chegou. Há condições objetivas, concretas. Mais tarde, você será colocado, gradualmente, a par da organização que já temos.¹²⁹

Cabe aqui um parêntese para lançar um pouco de luz sobre o que constitui o pano de fundo de *Pessach*. No contexto de 1966, surgiam cada vez mais grupos de esquerda com diferentes denominações. Em 1962 fora fundado o PC do B, fruto de uma racha do PCB, que trocara sua denominação “do Brasil” por “Brasileiro”. Segundo Luiz Carlos Prestes, um dos pretensos motivos pelo qual o PCB havia sido cassado em 1947, era que a expressão “do Brasil” fazia supor que o partido era uma seção brasileira da Internacional Comunista.¹³⁰ De todo modo, tal mudança não levou o Partidão a obter seu registro legal.

O novo PC do B se organizou em torno de lideranças políticas como João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, além de alinhar-se ao PC da China, enquanto o PCB ainda se vinculava ao PC da União Soviética. Os partidários do PCB mantinham a concepção da revolução em duas etapas. Essa compreensão presupunha um processo de lutas no qual, antes do advento do socialismo, camponeses, proletários, pequena burguesia e burguesia nacional se uniriam formando uma força social de cunho revolucionário democrático antiimperialista e antifeudal.¹³¹

O quadro, no âmbito da esquerda, era complexo. Em 1953 nascera o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) POR (T), e, em 1961, a Organização Revolucionaria Marxista, que editava o periódico *Política operária*, razão pela qual era conhecida pela sigla Polop. Ao final dos anos 50, surgira ainda a Juventude Universitária Católica (JUC), e, em 1962, a Ação Popular (AP), ambas correntes oriundas de estudantes católicos. Ao mesmo tempo surgira no Rio Grande do Sul, sob a liderança do governador Leonel Brizola, o

¹²⁹ *Idem, ibidem*, p. 31.

¹³⁰ Cf. GORENDER, Jacob, *op. cit.*, p. 33.

¹³¹ Cf. *idem, ibidem*, p. 30.

Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master).¹³² Em comum, havia nessas novas organizações a disposição para a luta em prol do socialismo.

Com o golpe militar de 1964, a disposição de boa parte da esquerda para pegar em armas aumentou gradativamente. Em agosto de 1967, Carlos Marighella fez uma viagem a Cuba, para participar da Conferência da Olas (Organização Latino-Americana de Solidariedade). Inconformado, “o PCB enviou uma carta para o PC cubano, informando que Marighella não o representava e podia ser expulso do partido por ir a Cuba sem autorização.”¹³³ É interessante notar que a resposta de Marighella, no final de 1967, muito se assemelha aos discursos dos personagens militantes de *Pessach* (1967).

Uma direção pesada como é, com pouca ou nenhuma mobilidade, corroída pela ideologia burguesa, nada pode fazer pela revolução. Eu não posso continuar pertencendo a esta espécie de Academia de Letras, cuja única função consiste em se reunir. [...] Em minha condição de comunista, à qual jamais renunciarei, que não pode ser dada nem retirada pelo Comitê Central, pois o Partido Comunista e o marxismo-leninismo não têm donos e não são monopólios de ninguém, prosseguirei pelo caminho da luta armada, reafirmando minha atitude revolucionária e rompendo definitivamente com vocês.¹³⁴

Dos quadros do PCB surgiria a Ação Libertadora Nacional (ALN) ligada a Marighella e Câmara Ferreira. Aos poucos, um clima de guerrilha ia se impondo, ainda que “desautorizada” pelo PCB.

O discurso que vem à tona sobre o PCB em *Pessach* – a julgar pelo que dizem especialmente os ex-militantes do partido retratados na obra – é de tom condenatório. O Partidão teria a capacidade de reunir e orientar a esquerda brasileira no combate à ditadura. Porém não agiu em vigor, acuando-se. Ao contrário, tornou-se um elemento divisor da esquerda. Nessa perspectiva, a dissertação *A travessia nas margens*, de Antônio Carlos Aleixo, interpreta – de uma forma problemática – essas críticas lançadas no romance como um estímulo

¹³² RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, op. cit., p. 26.

¹³³ CHIAVENATO, Julio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 14. ed. São Paulo: Moderna, 2004, p. 168.

¹³⁴ *Idem*.

à iniciativa armada, tal como propunha Marighella, pois isso “nos leva a crer que o romance filia-se à linha do pensamento engajado.”¹³⁵ Tudo indica, como veremos, que a intenção de Cony não era essa, mas Malcolm Silverman, apesar de não situar a incitação à luta como objetivo principal do romance, também entende que existe em *Pessach* uma glorificação da esquerda armada.¹³⁶

As alas dispostas à luta se inspiravam principalmente na revolução cubana de 1959 e em líderes como Che Guevara e Fidel Castro. Os escritos de Che, como *A guerra de guerrilhas*¹³⁷, de 1960, representavam uma espécie de cartilha obrigatória para quem se dispusesse a lutar. O tema central se referia à chamada teoria do foco, cujo

ponto de partida [...] consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. [...] O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a idéia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Os cubanos dirigiam uma crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas.¹³⁸

Na contramão dessas idéias, o PCB reafirmava sua posição contrária a iniciativa da luta armada. E à medida que o processo político caminhava, no interior das esquerdas, para a luta armada, os quadros do PCB iam sofrendo um certo esvaziamento.

As perdas do Comitê Central na militância partidária refletiam sangrias substanciais em todas as frentes: entre os operários, os camponeses, os intelectuais e variados setores da classe média. No setor estudantil, a situação já era de desmoronamento. Na maioria dos Estados surgiam as *dissidências* ou *correntes*, que ganhavam vida própria, seguiam orientação política

¹³⁵ ALEIXO, Antônio Carlos. *A travessia nas margens – literatura e história em Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony. Dissertação – Universidade Estadual Paulista/ Campus de Araraquara, 2001, p. 108.

¹³⁶ SILVERMAN, Malcolm, *op. cit.*, p. 195.

¹³⁷ GUEVARA, Che. *A guerra de guerrilhas*. 2ª ed. São Paulo: Edições Populares, 1982.

¹³⁸ GORENDER, Jacob, *op. cit.*, p. 80 e 81.

independente e recrutavam adeptos para elas mesmas e não mais para o partido.¹³⁹

Foi a partir dessas questões que Carlos Heitor Cony escreveu *Pessach*. A inquietação do autor acabou por antecipar, em parte, nas páginas literárias uma contradição que estava por explodir com toda força: o recrudescimento da repressão, o posicionamento titubeante do PCB e a agudização da luta armada.

E enquanto a guerra fria aquecia o debate ideológico, remando contra a maré, o escritor Paulo Simões se define como alienado, para a decepção de Sílvio; e procura evitar a continuação da conversa entre eles.

Não gosto do governo atual, mas jamais gostei de governo algum. Politicamente, sou anarquista, mas sobretudo sou comodista. Por isso mesmo, me considero inofensivo e covarde. Não estou disposto a dar ou receber tiro por causa da liberdade, da democracia, do socialismo, do nacionalismo, do povo, das criancinhas do Nordeste, que morrem de fome. O fato político não me preocupa, é tudo.¹⁴⁰

Paulo Simões, que havia planejado não ver ninguém no dia do seu aniversário, tinha recebido a visita da amante, Teresa, dos comunistas Sílvio e Vera, visitou a filha, a ex-mulher e os seus pais. Aos poucos o romance vai revelando dramas cotidianos que aparentemente se contradizem com as emergências daquele período. E, na editora para qual escrevia, o editor cobrava de Paulo um conto para compor um livro que seria comercializado no Natal. Um universo pacato face ao estabelecimento do regime militar.

À noite, em seu apartamento, Paulo pega o pequeno esboço de um romance que estava quase abandonado. É um manuscrito sobre o êxodo dos hebreus, e ele lê um trecho que preenche as duas primeiras páginas.

Houve uma noite, há muitos anos, em que um povo foi deitar escravo. Seguindo a rotina da escravidão, todos foram dormir cedo. No dia seguinte, voltariam a seus trabalhos. Súbito, um jovem aparece no meio deles. É aproveitar aquela noite, o sono dos guardas, fugir. O deserto os espera. O Anjo do Senhor fez a

¹³⁹ *Idem, ibidem*, p. 89.

¹⁴⁰ CONY, Carlos Heitor, *op. cit.*, p. 37.

passagem por cima dos tetos hebreus e agora cabe aos homens fazer a travessia. Quarenta anos de pedra e maná, fome e revolta. Os velhos morrerão na areia, os jovens talvez sobrevivam e talvez cheguem a algum lugar. O importante é que, nessa noite – e não em outra –, todos terão de tomar a decisão: a escravidão ou a liberdade. E o povo todo – um povo inteiro – com seus utensílios, suas ferramentas, seus rebanhos, aproveita a escuridão e foge para o deserto. Levam o pão sem fermento, não houve tempo de fermentá-lo, com a luz do dia os soldados rondariam os acampamentos, os açoites castigariam a carne escrava. E em silêncio todo um povo abandona suas casas e vai para o deserto.¹⁴¹

Outra vez a analogia entre os hebreus que fugiram da escravidão e o romance *Pessach: a travessia* se faz presente. Em algumas passagens, aliás, Paulo Simões lida com sua descendência judia, a qual não lhe agrada em nada, como se nota em uma conversa com o pai, que, além de ser judeu, ainda vivia mentalmente perturbado com o temor de uma suposta perseguição que poderia sofrer dos nazistas radicados no Brasil.¹⁴²

No dia seguinte ao seu aniversário, Paulo resolve sair de casa e tem uma surpresa. Vera está escondida dentro do seu carro. Ela diz a Paulo que passou a noite ali e naquele momento precisava deixar o Rio de Janeiro porque um grupo extremista (“um grupo de loucos resolveu iniciar por conta própria uma ação isolada de fundo terrorista. Uns imbecis, felizmente são poucos”, diz a militante recém-saída do Partidão¹⁴³) pretendia jogar uma bomba na Embaixada dos Estados Unidos. A coisa estava para estourar.

Ao longo da carona, ela fica atenta ao noticiário de rádio, a fim de tentar captar sinais que denunciariam a ação da repressão. Paulo procura esclarecer que ali se encerra sua curta e derradeira participação nessa história: “Não tenho nada

¹⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 129.

¹⁴² Ver *idem, ibidem*, p. 90. Paulo Simões (nascido Paulo Simon Goldberg), na verdade, procura o tempo todo esconder de si próprio e dos outros essa ascendência. Ver *idem, ibidem*, p. 11 e *passim*.

¹⁴³ *Idem, ibidem*, p. 139. Convém lembrar que, “divididas ideologicamente e desunidas na prática política, as esquerdas brasileiras não conseguiram formar uma frente única contra a ditadura. Do Partido Comunista Brasileiro (PCB) saíram vários grupos que fundaram pequenos partidos, com escassos recursos e poucos militantes. Foram principalmente esses grupos que partiram para a guerrilha.” CHIAVENATO, Julio José, *op. cit.*, p. 156. Sobre esse assunto, Cony coloca na boca de Macedo uma avaliação sobre as implicações das divisões que minavam a força das esquerdas. Ver CONY, Carlos Heitor, *op. cit.*, p.179.

com vocês. Vou levá-la até fora da cidade, passo a barreira, você vá à sua vida e eu à minha. Tenho de voltar ao Rio, passar na editora, estou com pouco dinheiro, preciso de dois a três meses para escrever um livro.”¹⁴⁴

Em seguida, Vera avista um carro parado no acostamento, reconhece um dos homens – cujo apelido era Boneca – e pede que Paulo pare o carro. Ela vai ao encontro de Boneca e observa que há outro militante ferido (vítima de tortura) no carro enguiçado. Enquanto isso o rádio transmite a notícia da explosão da suposta bomba.

A polícia ainda não localizou o automóvel do qual partiu, esta manhã, a pedra que espatifou uma das vidraças da embaixada dos Estados Unidos. [...] O embaixador norte-americano não quis fazer declarações, mas um dos funcionários da embaixada disse que “não foi nada, apenas uma brincadeira inconseqüente de rapazes.”¹⁴⁵

Vera retorna ao carro e agora pede que Paulo a leve, junto com o ferido, a uma fazenda (esconderijo) do grupo próximo à divisa com o estado de São Paulo: “Precisamos escondê-lo”, afirma ela. A primeira reação de Paulo é de irritação: “Precisamos uma ova! Lamento muito, Vera, mas minha gentileza termina aqui. Sabe que não houve bomba nenhuma? Ele – *à la* Cony – ironiza o “atentado”: “O rádio acabou de dar: jogaram uma pedra na vidraça da embaixada americana, em menos de duas horas foi colocada outra. Eles têm dinheiro para trocar quantas vidraças vocês quebrarem.”¹⁴⁶

Depois de muito relutar, a segunda reação de Paulo é atender às suplicas de Vera e transportá-los até Resende. E é justamente esse consentimento que condena o personagem principal a embarcar no universo da resistência armada. Chegando à fazenda, eles atravessam um pequeno rio, e Paulo não perde o comentário. “Enfim, temos o mar Vermelho.” Vera não compreende a ironia, e ele explica:

¹⁴⁴ CONY, Carlos Heitor. *Pessach: a travessia*, op. cit., p. 138.

¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 143.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 144.

O mar Vermelho, ora! O mar que se abriu para que Moisés passasse com os hebreus. Pois foi isso: Moisés conhecia uma região pantanosa, de águas rasas, nas cabeceiras do mar Vermelho, justamente onde mais tarde os ingleses abriram o canal de Suez. Cortaram aquele pântano em diagonal. Os egípcios, que vinham atrás, meteram os peitos em outro trecho, pegaram mar feio e se afogaram.¹⁴⁷

A recepção na fazenda não é nada amigável e assusta Paulo, que é surpreendido com uma arma apontada para ele até que sua acompanhante é reconhecida. Afinal, Paulo não é senão um estranho no ninho que passará a ser objeto de estrita vigilância armada, sob as costumeiras alegações de segurança dos que se acham em compasso de espera e de preparação para participar efetivamente da luta armada em favor da derrubada do regime. Todo cuidado era pouco. Mas logo Paulo é apresentado ao líder, Macedo.

Atento aos indícios que constantemente a obra nos fornece e ao método indiciário de Carlo Ginzburg¹⁴⁸, a princípio pode-se notar que a letra inicial do nome Macedo é uma referência próxima a Moises. Tal como o personagem bíblico, Macedo é quem exerce a liderança local sobre os militantes clandestinos.

O líder usa óculos escuros para disfarçar cicatrizes pelo rosto, e manca devido a deformações que tem nos testículos, por ter sido vítima de tortura mediante o emprego de maçarico, o que o deixou impotente. Diga-se de passagem, cicatrizes no caso de militantes, significavam muito no jogo político entre as esquerdas. Haver sido preso ou vítima de tortura – ou os dois, melhor ainda – podia significar *status*. Como ironizou Vera, em conversa posterior com Paulo, “cicatriz de nascença é promovida a tortura, conta pontos para a liderança. Tem gente que exhibe o umbigo e diz que foi a polícia.”¹⁴⁹

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p.150.

¹⁴⁸ Ginzburg valoriza a utilização de dados aparentemente negligenciáveis (emblemas, sinais) como parte do esforço para remontar uma realidade histórica complexa, não experimentável objetivamente, GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1991. Sobre o assunto ver também LIMA, Henrique Espada. Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg. *ArtCultura: Revista de História Cultura e Arte*, Uberlândia, Edufu, CNPq e Capes, jul-dez. 2007.

¹⁴⁹ CONY, Carlos Heitor, *Pessach: a travessia*, op. cit., p. 164.

Marcas da repressão à parte, antes do almoço, Vera aproveita um momento a sós com Paulo, “Seus olhos [dela] têm medo por mim, ou pena de mim”, pensa Paulo, que se surpreende quando ela “fala em voz baixa, soprada. – Saia agora mesmo! Não tem ninguém olhando, pegue o carro e suma!”¹⁵⁰ Paulo vai até o carro, porém ele não dá partida, e em seguida constata que alguns cabos do motor haviam sido retirados. De imediato fica tomado por uma raiva tremenda. Volta para o casarão, entra na sala, topa com Macedo, e sem meias-palavras, pede os distribuidores do carro de volta. Macedo, também sem embromar, anuncia:

Para início de conversa, serei franco. Você não poderá sair daqui tão cedo. Só depois que não oferecer perigo. Afinal, há mais de ano e meio que estamos organizando um movimento clandestino, perigoso, conseguimos articular uma rede que inclui campos de treinamento, depósitos de armas, equipes de segurança e de aliciamento [...] Sei que seria o último homem a se engajar no tipo de luta como a nossa. [...] vejo seu nome nos manifestos, você não chega a ser reacionário, não passa de um liberal, um burguês liberal. Não desprezo essa turma, mas também não a aprecio. [...] O distribuidor não será devolvido, o seu carro está confiscado, precisamos de viaturas, e um carro como o seu, que não está manjado, inocente em todos os distritos e barreiras, será útil. E perca as esperanças de regressar ao Rio. Não quero dizer que você esteja preso, mas não poderá sair daqui. Dá no mesmo, talvez.¹⁵¹

Sem condições de exigir o carro de volta, Paulo vai enfim almoçar. Vera pergunta sobre o diálogo com Macedo e Paulo explica:

- O carro foi requisitado. Vai pagar a minha estada aqui.
- O Macedo deu recibo?
- Que recibo?
- Geralmente dão recibo, em código. Quando tomarem o poder, você receberá o que é seu.
- Você acha essa gente com cara de quem vai mesmo tomar o poder?
- Por que não? [...] Eu acredito em alguma coisa. Você faz força para não acreditar em nada. O Sílvia diz que isso é do século

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 156.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 157 e 158.

passado, ceticismo é o nome, coisa que andou muito em moda há tempos. Ele cita o nome do sujeito que você lia muito.¹⁵²

Esse episódio diz muito do imaginário dos movimentos revolucionários dos anos 60 e 70.

Enquanto Paulo estava condenado a permanecer a contragosto na fazenda, ele decidiu aproveitar para dar seqüência a seus escritos. E aos poucos ia se familiarizando com os militantes do local. Ao ver um camarada mexendo em seus papéis, Paulo o interrompe com fúria e ar ameaçador, e é golpeado com um soco na cara. Horas depois acorda na presença de Macedo, que tenta minimizar o ocorrido alegando que o sujeito assustou-se com a fúria dele (“um ato de legítima defesa”¹⁵³).

Ao remexer e examinar os papéis com anotações escritas por Paulo, Macedo atentou em particular, para uma expressão. E agora pergunta: “Que significa *pessach*?” E Paulo explica o que o autor Cony esclarece:

– Passar por cima. Etimològicamente é isso: passar por cima. [...] Pessach é a festa judaica que celebra o êxodo, a passagem do mar Vermelho, a fuga do cativo, a procura da Terra Prometida, e, sobretudo, a passagem do Anjo que poupou os primogênitos hebreus. O Anjo *passou por cima*. Tem muitos significados. [...] Foi a última praga que Moisés rogou contra os egípcios. O Anjo feriria de morte os primogênitos do Egito. Para poupar as famílias hebraicas, foi feito o sinal de sangue nas portas: o Anjo passou por cima dessas casas.¹⁵⁴

Na seqüência, acrescenta-se, mais uma vez Paulo é questionado sobre ser judeu. Outra vez ele nega.

A situação para Paulo se mantinha insustentável. O escritor tachado de alienado, que havia negado o convite de Sílvia para ingressar na luta contra a ditadura, agora se percebia envolvido, por mal, numa organização prestes a dar início à resistência armada contra o regime militar. Segundo Macedo, havia no acampamento algo em torno de 300 “companheiros” entre ex-padres, oficiais,

¹⁵² *Idem, ibidem*, p. 162.

¹⁵³ *Idem, ibidem*, p. 167.

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 167 e 168.

sargentos, um ex-deputado, lavradores, operários, funcionários e estudantes. E contando com Paulo, havia agora um intelectual.¹⁵⁵

Vale ressaltar que *Pessach* foi escrito ainda em 1966/1967, quando de fato não havia evidências mais ostensivas de guerrilha no Brasil. Por essa época, surgiu o primeiro foco/projeto de luta armada, a Guerrilha do Caparaó, que leva o nome da serra situada entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Pouco mais de dois anos após o golpe, alguns homens – incluindo pessoas treinadas em Cuba e com o apoio do ex-governador exilado Leonel Brizola – tentaram estabelecer um foco guerrilheiro similar ao dos revolucionários de Sierra Maestra, em Cuba. E nesses moldes procurariam arrebanhar camponeses e articular uma revolução. Mas tudo se perdeu entre as divergências internas, a falta de experiência dos militantes e a ausência de apoio camponês. Em consequência disso, foram capturados em uma emboscada e presos pela polícia no dia 1. de abril de 1967.¹⁵⁶

Em meio à articulação do grupo liderado por Macedo, Paulo, que não era do ramo, pergunta-lhe se ele pertence ao Partidão. A resposta vem ao encontro dos questionamentos críticos encontrados em obras de vários autores, alguns dos quais já mencionados nesta dissertação.

Não. Ninguém aqui é do Partido. Ele não apóia o nosso movimento. Estamos divididos em dezenas de posições e conflitos. Cada setor tem o seu esquema. Isso é o que prejudica tudo. Bastava a nossa união e o governo cairia de podre. [...] Tenho de fazer alguma coisa. Se não fizer isso vou fazer o quê? Esperar, como o Partido espera, que por meio da pregação pedagógica, burocrática, a ditadura desmorone por si mesma? [...] [o Partido] Considera o nosso movimento individualista, romântico, que vamos apenas provocar uma reação ainda mais severa. Não posso aceitar a posição do Partido: esperar, esperar, esperar...¹⁵⁷

¹⁵⁵ Cf. *idem, ibidem*, p. 179.

¹⁵⁶ O mais completo estudo sobre esse movimento é de autoria do jornalista COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007. O prefácio da obra, por razões óbvias, é assinado precisamente por Carlos Heitor Cony, que põe em relevo “este documento denso sobre os fatos que foram escamoteados pelos governos da ditadura, expurgados dos livros escolares e que, na época em que ocorreram, não tiveram maior repercussão na imprensa amordaçada” (p. 11). Pudera, nada mais intolerável para a ditadura que a participação da Marinha, da Aeronáutica e do Exército na montagem dessa operação de guerrilha.

¹⁵⁷ CONY, Carlos Heitor. *Pessach: a travessia*, op. cit., p. 179 e 180.

À medida que Macedo vai relatando a expectativa dos militantes pela entrada na luta armada, inevitavelmente vêm à superfície críticas ao PCB. Inspirados em histórias revolucionárias e treinados em acampamentos clandestinos,¹⁵⁸ muitos dos que se colocavam à esquerda do PCB almejavam o confronto com o regime ditatorial. Nas palavras de Macedo,

Este, aliás, é um dos nossos problemas mais sérios: conter o pessoal que acredita ter soado a hora. Olha o caso da bomba na embaixada. Tudo nasceu de um camarada que aqui fez o seu treinamento. Aprendeu a fabricar coquetéis Molotov e em vez de ir para Caxias do Sul, esperar pela hora, preferiu ficar no Rio. Havia abandonado o Partido porque achava que dali não sairia nada. Veio para cá por causa disso, acusando o Partido de ser uma oposição acadêmica, uma burocracia estéril.¹⁵⁹

E ironia da história, a julgar pelo que afirma Macedo, a libertação de Paulo depende, em princípio, de um dado concreto: “de uma coisa você pode estar certo: só depois de ter irrompido o movimento é que você poderá pensar em regressar ao Rio.”¹⁶⁰ Agora, seu pecado é saber demais, e os militantes acantonados na fazenda não podiam se expor ao risco de que Paulo desse com a língua nos dentes.

Em outro diálogo, Paulo questiona o aparato e o contingente de pessoas para enfrentar as Forças Armadas. Ele continua achando que a tática de guerrilha é uma rematada loucura (com o que, no fundo, concorda Macedo, para quem a desproporção de forças em jogo era tão grande que a causa só poderia ser vitoriosa se, com a irrupção da luta, houvesse uma ampla mobilização de vários segmentos sociais em torno de uma saída para a superação da ditadura militar)¹⁶¹:

¹⁵⁸ Vivia-se, contudo, uma situação paradoxal, em relação ao treinamento militar, como conta Macedo: “armas, temos muitas, vindas de todas as partes [...] O que nos falta é munição. Nossos exercícios são simbólicos, não podemos gastar tiro. E, além do mais, não podemos fazer barulho. Oficialmente, isto aqui é uma pequena fazenda, temos que produzir a média de quarenta a sessenta litros de leite diários para a cooperativa mais próxima.” *Idem, ibidem*, p. 180.

¹⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 182 e 183.

¹⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 182.

¹⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 185.

“– Vocês não têm chance nenhuma. Vi a turma lá em baixo [na enfermaria], sujeitos sem dedos, sem pernas, rostos e testículos queimados, não é assim que tomarão o poder.”¹⁶²

A resposta, dessa vez de Vera, soa como um texto decorado da esquerda. E, em seguida, ela faz uma análise de conjuntura internacional que denuncia o descaso inclusive da União Soviética para com os rumos da luta antiditatorial:

Então como é? Como quer o Partido? Esperar mil anos até que a ditadura militar se acabe por si mesma? Você ignora muita coisa, Paulo, viveu sempre num mundo distante, preocupado com angústias, problemas existenciais, mulheres. Resultado: não sabe de nada. O Partido já não é o mesmo, desde que a União Soviética abandonou a América Latina à própria sorte. Foi pouco depois do episódio de Cuba, quando Kennedy ia invadir a ilha. A União Soviética dividiu o mundo com os Estados Unidos, metade para cada um, o tratado de Tordesilhas, de novo. O Brasil, como a América Latina toda, coube aos Estados Unidos. A União Soviética não quer mais nada com a gente. Até ajudar a esta ditadura já ajudou: outro dia, o embaixador soviético firmou acordo com os militares, cem milhões de dólares. Que que você acha? Nós aqui dando duro para varrer essa cambada do poder e os nossos amigos socialistas entrando com dólares para que os militares nos torturem e matem.¹⁶³

Mais alguns dias e Sílvia aparece no acampamento, levando junto uma médica, Débora. O reencontro inicial com Paulo é tenso, que reage, indignado, à afirmação de que ele aderiu ao grupo.

– Mas eu não entrei. Me empurraram. Você, com aquela conversa idiota lá em casa. Depois a perseguição de Vera o dia todo, com medo que eu fosse denunciá-lo à polícia. Agora essa prisão, por causa de uma pedra jogada numa vidraça. Você deve se sentir responsável por tudo o que me aconteceu.¹⁶⁴

Depois disso, Sílvia esclarece o que sabe sobre o projeto de luta armada.

¹⁶² Sobre isso, ver *idem, ibidem*, p. 186 e 187. Ver também trecho no qual o comandante do grupo no Sul do país garante que “não somos porras-loucas” e que “não estamos preparados” para a guerra civil, em meio à qual seriam “arrasados”. *Idem, ibidem*, p. 273.

¹⁶³ *Idem, ibidem*, p. 185 e 186.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 209.

Pois bem: há cinco campos iguais a esse, alguns até maiores e melhores. Várias turmas já foram preparadas e estão em posição. Basta a ordem da Comissão e podemos, com um mínimo de luta, tomar diversos povoados em diferentes regiões do País. Evidente, a maior concentração de forças é no Sul, temos, ali, uma retaguarda protegida, que é o Uruguai.¹⁶⁵

Paulo, categórico, continua a protestar contra a sua prisão, enfatizando que, “assim, vocês não conseguem nada de mim. Não faço parte da quadrilha”¹⁶⁶ E Sílvio afirma que Paulo só tem dois caminhos: sentir-se como prisioneiro e tentar, a todo custo, fugir ou jogar o jogo que está posto.¹⁶⁷

Mais tarde, recolhido em sua cabana, Paulo lê o esboço do romance que começara há mais de 10 anos sobre o êxodo dos hebreus. Mas o protagonista não dá seqüência a ele. No dia seguinte, Paulo acorda ouvindo uma correria fora do comum. Logo fica a par dos acontecimentos que o conduziriam a destinos e condutas inesperadas. Macedo explica que a situação se agravou:

Houve um atentado em Recife, quase mataram o ministro da Guerra, mas pegaram um almirante e alguns oficiais, mais de seis mortos. A repressão do governo será furiosa. Temos de nos preparar para qualquer eventualidade. [...] Vamos deslocar o pessoal para as suas bases, a maior parte irá para o Sul. Você me acompanha.

– Mas o trato com Sílvio não foi esse.

– Esqueça Sílvio. Ele foi preso hoje à tarde. Agora, por bem ou por mal, você está comigo.¹⁶⁸

A partir desse momento, a médica, Débora, Vera, Paulo e Macedo partem em uma jornada que os levaria até São Paulo e, na seqüência, ao extremo sul do Brasil. Em São Paulo, Macedo passa as coordenadas e Vera o questiona quanto à possibilidade de Paulo fugir. Macedo faz a pergunta, em tom sério e severo: “Você vai fugir?” A resposta é dúbia: “Ainda não sei. Como prisioneiro, minha

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 210.

¹⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 213.

¹⁶⁷ Cf. *idem, ibidem*, p. 214.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 238.

obrigação é procurar fugir de qualquer maneira. O diabo é que não sei exatamente se sou um prisioneiro.”¹⁶⁹

Neste ponto, é importante assinalar que muitos leitores da obra de Cony podem haver se surpreendido com essa súbita reviravolta no desenrolar da história. Como explicar – especialmente no caso de um autor que, na primeira parte do livro, constituíra admiravelmente bem, do ponto de vista psicológico e político, o personagem Paulo Simões – que, de uma hora para outra, este ameaçasse deixar para trás muito do que até então pensava? De repente, não mais que de repente, ele como que se sente na iminência de abandonar suas convicções antiluta armada e se põe a admitir sua adesão, de uma forma ou de outra, ao projeto acalentado por parte das esquerdas.¹⁷⁰

Em realidade, sua liberdade de escolha é um tanto quanto quimérica. Macedo, ao responder a uma pergunta de Vera, sob o olhar atento de Paulo, sobre a possibilidade de ele resolver fugir em São Paulo, sentencia:

– Não posso fazer nada, por ora. Lógico, mais cedo ou mais tarde ele pagará pela fuga. Para onde quer que vá, haverá gente que irá atrás dele. Ele sabe disso. Já viu como somos organizados, que a coisa funciona. Nós fugimos da polícia e do exército. Ele fugirá de nós. Não sei qual é o mais perigoso.¹⁷¹

É no hotel, já em São Paulo, que Paulo experimenta uma certa sensação de liberdade e fica sem saber o que fazer com ela. E mais, tem-se a impressão, nesse trecho, que o protagonista – em flagrante falta de sintonia com tudo o que o caracteriza até então – se sente envolvido no jogo, a ponto de cumprir com a responsabilidade que a situação lhe exigia. Nesse momento, Paulo vive a sua travessia pessoal, que não está isenta de dúvidas:

¹⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 246.

¹⁷⁰ Na verdade, páginas antes, Paulo Simões ensaia um pouco convincente autocrítica: “É certo: eu cooperara, desde o início, com a engrenagem que me tragava.” Mais surpreendente ainda é que ele indague, com todas as letras: “Até que ponto não quis mais ser livre? Afinal, a liberdade, depois de certo tempo, também cansa. Há a nostalgia da escravidão, da proteção, da irresponsabilidade. Eis o que sou: escravo, protegido irresponsável.” *Idem, ibidem*, p. 233 e 234.

¹⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 246 e 247.

Finalmente, estou na rua, sozinho, livre. Não tenho nenhuma emoção especial, nem mesmo a de liberdade. Posso fazer muitas coisas, e, eliminando a hipótese da traição – ir à polícia e denunciar todo mundo – sobra-me muito. Experimento a sensação nova, inédita em minha vida: pela primeira vez *tenho* de fazer alguma coisa. Pela primeira vez há sentido em meus passos, pela primeira vez cumprio uma ordem e repilo instantaneamente a palavra *ordem*, ninguém me ordenou nada, eu estou indo à agência porque preciso comprar duas passagens para Porto Alegre no avião das onze e meia. Não sei bem o que vou fazer em Porto Alegre, mas meu destino – eu tenho um *destino* finalmente –, meu futuro, minha missão é ir à agência e é nela que eu entro.¹⁷²

No dia seguinte, parte com Vera rumo ao Rio Grande do Sul. Nesse instante ele nota que Macedo também está no avião, e isso o faz sentir-se aliviado. De Porto Alegre viajam para uma aldeia chamada Capão Seco. De lá caminham até uma cabana mais afastada, onde Paulo, apesar de não ser apresentado a eles, conhece alguns poucos membros de um grupo guerrilheiro e nota que ali havia um chefe acima de Macedo.

Nesse momento Paulo já é encarado como membro do grupo, embora ele diga que “não me sinto obrigado a pegar em armas” e vá além, ao frisar que “honestamente, ainda não decidi. Não me considere como um homem que aceitou.”¹⁷³ E Paulo é informado sobre a estratégia de luta:

O povo é contra a ditadura e queremos aproveitar essa coordenada como ponto de partida. Não temos ligações com o Partido Comunista, embora muitos comunistas estejam comprometidos conosco, e até em postos importantes de nosso esquema. O princípio que nos orientou foi o seguinte: devemos provocar a detonação. Temos chance de tomar uma parcela ínfima, estreitíssima do território nacional. Não apenas tomar, mas manter esse pequeno território. Nosso principal problema será, portanto, manter essa posição, garantir a estabilidade no terreno pelo menos por uma semana, uns dez dias. Enquanto criamos e mantemos esse fato novo, outros escalões, em diferentes partes, e por diferentes motivos, forçarão uma negociação política que busque dois objetivos: o fim da ditadura e o recuo de nossas posições. Concessões mútuas. Se possível,

¹⁷² *Idem, ibidem*, p. 249. Paulo dirá mais adiante: “Sem me dar conta, sinto que já estou realmente em outra.” *Idem, ibidem*, p. 252.

¹⁷³ *Idem, ibidem*, citações das p. 271 e 272, respectivamente.

de forma pacífica, sem sangue ou com um mínimo de sangue. Você deve desconfiar que esse mínimo de sangue pode ser o nosso.¹⁷⁴

Na prática, a estratégia consiste em tomar o comando na cidade de Jaguarão e fortalecer ali uma defesa próxima de cidades como Pelotas, Bagé e Rio Grande. Além do mais, o capitão de quem Paulo ouve as explicações, admite terem forte poder de fogo e apoio da população local. Ele insiste na tese de que,

se conseguirmos manter esse território por uma semana, haverá negociação e a ditadura cai. Pelo resto do Brasil tudo está minado, quartéis, cidades, usinas, fábricas, a própria classe média, parte do empresariado. Ainda que não queiram nem possam lutar, apoiarão a nossa luta. Antes a iminência de uma sangueira demorada e generalizada, todos se unirão no meio-termo, no compromisso.¹⁷⁵

No dia seguinte Paulo, Macedo, Vera e dois outros militantes saem num veículo em direção ao extremo Sul. Chegam a Estela Maris. A idéia é inspecionar os vilarejos locais e atestar o policiamento. Enquanto isso, outros militantes cumprem tarefas semelhantes. Mas, quando a comitiva liderada por Macedo está retornando a Capão Seco, o grupo é surpreendido por um homem ferido no meio da estrada, “a cabeça uma posta de sangue”. Paulo, que se acha ao volante, desvia o carro para não atropelar o homem que grita: “Fujam! Fujam! Fomos traídos, estão todos mortos, mataram todos, todos!”¹⁷⁶

Segundo o militante que morreria minutos depois, tropas federais vindas de Bagé surpreenderam o acampamento, mataram todos e degolaram o capitão. Restava ao grupo de cinco (Macedo, Paulo, Vera e dois militantes) fugir para o Uruguai. Nesse momento, Macedo – sem perder a postura de líder – toma a decisão: “a ordem é a seguinte: chegar à fronteira a todo custo. Ninguém se entrega vivo. Se conseguirmos escapar, ótimo. Do contrário, é matar e

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 272 e 273.

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 274 e 275.

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 284.

morrer.”¹⁷⁷ O grupo tenta alcançar a vila de Curral Novo, mais próxima do Uruguai. Mas isso ainda significa a necessidade de vencer quase 100 km.

Daí por diante o grupo começa uma verdadeira jornada para atingir o Uruguai. Nesse meio tempo Macedo (“sua barba está crescida o suficiente para parecer um guerrilheiro, um vulto messiânico”¹⁷⁸) justifica sua fama de herói ao matar um pequeno grupo de soldados que faziam ronda pelas redondezas e que liquidaram os dois outros militantes. Paulo, por sua vez, pensa com seus botões: “Estou sem vínculos, à medida que fujo fico mais livre, agora que estou realmente preso e encalacrado.”¹⁷⁹

Próximos do país vizinho, que as vistas já conseguem alcançar, Macedo opta por esperar a noite a fim de arriscarem a passagem. Paulo comenta “A Terra da Promissão”¹⁸⁰, que, a nosso ver, não passa de uma espécie de prêmio de consolação, isso sim. Afinal, a que se reduzira o sonho acalentado pela guerrilha?

Mais adiante, outro confronto direto com tropas do Exército provoca a morte de soldados e de Macedo. À falta de alternativa, desorientados, Vera e Paulo apanham duas metralhadoras, um revólver e seguem em fuga na direção do Uruguai. No caminho, Vera é alvejada, Paulo reage e mata outro soldado. Nesse contexto, para Paulo a sua luta pessoal é agora pela sobrevivência. À imagem e à semelhança de um guerrilheiro, ele se nega a abandonar o corpo da companheira, ao final de uma jornada inglória.

Carrego o meu fardo, sem coragem de abandoná-lo, até que encontro a vala, chaga de lodo, aberta dentro da noite. Deito Vera com cuidado, mas cubro-a de terra, desesperadamente, uso as unhas, os braços, quero ganhar tempo, devolver aquele corpo à terra. Não sinto cansaço, nem sinto o sangue que se mistura ao sangue que Vera deixara em mim. A terra me fere: arranjo uma pedra e com ela improviso uma pá, não me ajuda muito, mas me

¹⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 286. Paulo narra: “Todos concordaram, e eu, embora permaneça em silêncio, não me sinto animado ou obrigado a concordar ou discordar. Entrara num jogo e perdera, antes mesmo do primeiro lance.” *Idem*.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 290.

¹⁷⁹ *Idem*.

¹⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 310.

poupa as mãos sangradas e aflitas. Finalmente, há o pequeno monte à minha frente: Vera está protegida.¹⁸¹

Como num ritual católico, Paulo enterra parcialmente a metralhadora para formar uma cruz sempre que houvesse sol ou lua. Naquela altura, diante do riacho que separa o Brasil do Uruguai, Paulo já não precisava mais de arma.

Espectador solitário da manhã que chega, sigo pouco a pouco. O riacho abre-se a meus pés. Macedo tivera sorte em escolher aquele trecho, vejo do outro lado a fácil margem. Lavo o rosto naquela água que corre, sinto a aspereza e o calor do homem que há em mim.¹⁸²

Já no Uruguai o personagem sente o vazio. “Do outro lado está o nada, que é pior que a morte.”¹⁸³ Aqui, vale observar que, em larga medida, a bibliografia consultada, de uma maneira geral, acredita que a analogia bíblica contida no romance permite que se compare a “terra prometida” com o Uruguai. Ora, o país vizinho, no caso, não é senão uma terra que representa apenas a possibilidade da fuga. É simplesmente, à primeira vista, um refúgio em meio à tentativa de Paulo de se manter vivo. Nem de longe poderia se equiparar ao triunfo que a terra de Israel significou para os judeus. Além do mais, Paulo se recusa a permanecer no Uruguai. Ele retorna à margem: “desenterro a metralhadora – e volto.”¹⁸⁴ Desfecho que se abre a interpretações variadas, desde a que prevalece nos analistas da obra, tipo “a luta continua”, até aquela que, no nosso entendimento, seria metaforicamente, a que, apesar de tudo, mais entraria em linha de sintonia com o próprio Cony: isso apontaria para o caráter romântico, idílico, tão bem intencionado quanto inviável, naquele momento, da tentativa frustrada de medir forças com a ditadura militar imposta ao Brasil.

Nessa mesma linha de raciocínio, e retomando a questão do sentido da alegoria bíblica, Macedo, que exerce ao longo de *Pessach* uma liderança heróica, não tem êxito em seus objetivos políticos. No fim do romance, Macedo se propõe

¹⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 317 e 318.

¹⁸² *Idem, ibidem*, p. 318.

¹⁸³ *Idem*.

¹⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 319.

a conduzir o grupo – já derrotado – rumo à salvação pessoal. Esse trecho, a três parágrafos do ponto-final da obra, revela uma semelhança inegável com o episódio bíblico do mar Vermelho. Não parece por acaso que “o riacho abre-se” aos pés do personagem Paulo, tal como o mar Vermelho abriu-se diante de Moisés. Porém, o que redundou em vitória, na narrativa histórica bíblica, resulta aqui num fracasso de gosto amargo que deixa um rastro de mortes atrás de si, em que pesem o gesto heróico e os propósitos dos militantes engajados na resistência militar à ditadura.

CAPÍTULO III: O IMPACTO DE *PESSACH*: RECEPÇÃO E RETALIAÇÃO

*Não é ato de heroísmo; é um ato de
consciência. Então, lutar contra a ditadura foi
para mim algo visceralmente necessário.*

Ênio Silveira

3.1 *Pessach*: da acolhida pela Editora Civilização Brasileira à condenação pelo PCB

Uma compreensão do aspecto engajado de *Pessach*, bem como de outras obras dos anos 60 comprometidas politicamente, não deve se limitar apenas à leitura delas. Entre essas publicações e os respectivos editores existia, por vezes, uma sintonia de propósitos que foi decisiva não só para que elas fossem lançadas no mercado brasileiro, mas gestadas a partir de uma proposta inovadora, moderna e também engajada. Nesse contexto, uma editora se destacou: Editora Civilização Brasileira.¹⁸⁵

Quando em meados da década de 50, Ênio Silveira assumiu a propriedade da editora, pôs-se em prática uma série de transformações na empresa que contribuíram para a modernização do mercado de livros no Brasil. Ele alterou a linha editorial antes baseada na publicação de obras didáticas e introduziu modificações gráficas que resultaram em produtos mais atraentes. A Civilização Brasileira também passou a publicar livros de bolso, com preço mais acessível, e priorizou temáticas sociais, culturais e políticas. Além disso, trouxe para o país, clássicos do pensamento de esquerda e lançou jovens escritores, como Paulo Francis e o próprio Carlos Heitor Cony. A partir desse período, a editora assumiu um discurso político-ideológico de esquerda, muitas vezes com forte coloração nacionalista, que norteou toda a sua trajetória, como se pode constatar na coleção de bolso, lançada no pré-64, *Cadernos do Povo Brasileiro*, calcada numa linguagem mais acessível, de olho num público de leitores mais amplo, ao qual ela visava atingir por meio das bancas de jornais.

¹⁸⁵ Levamos, aqui, em conta, aplicando-a ao nosso objeto de pesquisa uma das muitas observações da maior importância formuladas por Tania de Luca ao tratar das relações entre história e jornalismo. Ela constata que, de forma crescente, desde a década de 1980, os historiadores têm “prestado particular atenção ao círculo formado em torno das redações, entendidas como espaços de sociabilidade que agregam indivíduos com base em projetos políticos, artístico-literários, crenças e valores que se pretende difundir por meio da palavra escrita.” LUCA, Tania Regina de. Um repertório do Brasil: tradição e inovação na *Revista Nova*. *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 8, n. 13, Uberlândia, Edufu, jul.-dez. 2006, p. 98.

As primeiras análises do movimento militar de 1964 foram editadas pela Civilização Brasileira e acabaram sendo alvo de censura: *O golpe começou em Washington*, de Edmar Morel, *O Brasil no espelho do mundo*, de Otto Maria Carpeaux, e *O golpe de abril*, do trotskista Edmundo Moniz. Em maio de 1964, Ênio Silveira colocou uma faixa na entrada da livraria na qual se lia “A poesia é a arma do povo contra a tirania”.¹⁸⁶

Sabe-se que, desde o golpe de 1. de abril, intelectuais como Cony, Carpeaux, Ênio Silveira, Antônio Callado, Thiago de Mello, Glauber Rocha e outros cariocas reuniam-se constantemente para discutir como enfrentar o regime militar. Dessa forma, o ambiente da Civilização Brasileira funcionou como um “aparelho” que fomentou a atividade de intelectuais na tarefa de resistir. E sua ação não se restringia à produção cultural: vários desses escritores e jornalistas participaram de ações sociais que, em linhas gerais, remetiam à defesa da democracia violada. Esse “grupo civilizado” como diz Luiz Renato Vieira, representou um pólo de atividade intelectual; conseqüentemente também foi vítima dos órgãos de repressão:

A Civilização Brasileira passou a ser um centro de reação sistemática. Sistemática, porque achávamos que tinham sido cometidos [pelos comunistas] muitos erros no passado, muita discussão bizantina tinha sido travada sobre aspectos menos relevantes da vida política brasileira. Tratava-se, então, de organizar um sistema de reação à ditadura.¹⁸⁷

No prefácio de *Consagrados e malditos*, Leandro Konder aponta que o seu autor, Luiz Renato Vieira, avaliou a editora como “patrocinadora da publicação de livros importantes, como produtora de uma revista de notável influência [*Revista Civilização Brasileira*], como centro de articulação de numerosos

¹⁸⁶ Apud VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1996, no qual podem ser encontradas as informações contidas nestes parágrafos iniciais (citação da p. 147).

¹⁸⁷ SILVEIRA, Ênio. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964 – visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 153.

intelectuais cariocas, como impulsionadora de um significativo e diversificado movimento político-cultural.”¹⁸⁸

Acerca desse audacioso papel por ela desempenhado, Luiz Renato Vieira atentou muito bem para o fato de que

Ênio Silveira se aproxima, portanto, da figura do intelectual sartreano quando consegue penetração no campo cultural, como defensor de uma visão humanista; como editor, promovendo a reflexão e o debate sobre aspectos sociais, políticos e filosóficos da atualidade; e no ambiente político enquanto militante do Partido Comunista, participando ativamente [...] das articulações que visavam à composição de uma ampla frente política contra o Regime Militar.¹⁸⁹

Como já foi exposto neste trabalho, no pós-64 desenvolveu-se no meio intelectual uma reorientação profissional e política formada pelas tensões sociais da época. Ênio Silveira lembra que, “naquele momento e nos anos em que durou a ditadura, a maioria esmagadora da inteligência brasileira esteve contra o golpe”, até porque “foram pouquíssimos os intelectuais [a exemplo de Raquel de Queiroz] que deram apoio ao regime”¹⁹⁰

E Carlos Heitor Cony é apontado por Luiz Renato Vieira como exemplo de reorientação intelectual, de quem, no ambiente do pós-64, passou a assumir uma inédita atuação política classificada como “radical-democrática”, sempre “rejeitando terminantemente qualquer identificação de suas posições políticas com o Partido Comunista.”¹⁹¹

Ênio Silveira, por sua vez, destaca a coesão de Cony e sua indignação tão peculiar:

Escritor que se caracteriza pela audácia com que rompe, em seus romances, todos os cânones da hipocrisia burguesa, Cony passou a desempenhar conscientemente o papel de aríete com que os homens livres forçavam as portas da masmorra ditatorial

¹⁸⁸ KONDER, Leandro. Prefácio. In: VIEIRA, Luiz Renato, *op. cit.*, p. 10.

¹⁸⁹ VIEIRA, Luiz Renato, *op. cit.*, p. 193.

¹⁹⁰ SILVEIRA, Ênio, *op. cit.*, p. 153.

¹⁹¹ VIEIRA, Luiz Renato, *op. cit.*, p. 53.

que os notórios inimigos da democracia desejavam construir no Brasil.¹⁹²

Em maio de 1965, Ênio Silveira foi preso sob a acusação de esconder o ex-governador Miguel Arraes, de Pernambuco, deposto pelo regime militar. Em virtude da prisão arbitrária – que durou nove dias –, rapidamente intelectuais, jornalistas e artistas se mobilizaram em sua defesa. Um documento intitulado “Intelectuais e Artistas pela Liberdade” foi publicado como matéria paga nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*. No manifesto constavam mais de seiscentas assinaturas, o que dá uma dimensão do respeito e da admiração da intelectualidade por ele.

Entre 1964 e 1968, a *Civilização Brasileira* e seu editor foram talvez os principais alvos dos militares no campo da produção cultural. Em 1965, lançou-se a *Revista Civilização Brasileira*, em formato de livro, com extensos artigos. Ela abrigava estudos nacionais e internacionais, políticos, literários e culturais, cobrindo um grande espectro de autores entrincheirados na oposição à ditadura. Alimentada por renomados intelectuais de dentro e fora do país, com tiragem inicial de 20 mil exemplares, a *RCB* foi durante anos a maior revista cultural do Brasil.¹⁹³

Vale lembrar que nesse primeiro momento a censura à produção literária ainda não tinha o rigor que adquiriu no período pós-AI-5. A perseguição foi gradativa: inicialmente, mirava autores célebres como Marx e Engels, entre outros de cunho socialista. Um editorial do *Jornal do Brasil*, de 22 de janeiro de 1966, criticava a ausência de critérios na apreensão de livros e completava: “todo livro cujo título se refira a socialismo, marxismo ou comunismo ou tenha na capa nome de autor russo ou assemelhado, deve ser recolhido à fogueira purificadora do Dops.”¹⁹⁴

Essa violência política que envolvia práticas diversificadas era, sem dúvida, expressão de autêntico terrorismo cultural. Um complexo sistema de

¹⁹² *Apud idem, ibidem*, p. 54.

¹⁹³ Sobre o assunto, ver maiores informações em SILVEIRA, Ênio, *op. cit.*, p. 158.

¹⁹⁴ *Apud* STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p. 214.

coerção buscava inibir a livre expressão e implantar a autocensura. Isso gerou uma onda repressiva que se alastrou entre variados setores sociais. Como denunciou a *Revista Civilização Brasileira*,:

No campo estritamente cultural implantou-se o Terror. Reitores são substituídos por ordem de militares. Professores são destituídos de suas cátedras e presos [...] centenas de escritores, professores, advogados e jornalistas estão na cadeia. Jornais, estações de rádio e televisão, pelo País afora, trabalham sob censura disfarçada ou ostensiva.¹⁹⁵

A “obra” do regime, ao longo do tempo, foi extensa. O jornal *Ultima Hora* teve sua redação depredada; atirou-se uma bomba no *Correio da Manhã*; deu-se o fechamento da Editora Vitória, ligada ao PCB; registraram-se invasões constantes na gráfica Lux, que imprimia os livros da Civilização Brasileira; destruíram-se as oficinas gráficas dos jornais *Politika*, *O Semanário* e *Folha da Semana*; apreenderam-se tiragens inteiras do jornal *Tribuna da Imprensa* e da revista *Pif-paf*, entre tantas outras arbitrariedades.¹⁹⁶

A Editora Civilização Brasileira também sofreu atentado a bomba e sua livraria foi incendiada. Além disso, dezenas de livros foram apreendidos, sem contar que, a partir de determinado momento, proibiu-se a editora de continuar trabalhando com o Banco do Brasil, a rigor o único banco de abrangência nacional naquele período. Segundo Ênio Silveira, os militares muitas vezes esperavam que certos títulos fossem rodados nas gráficas para somente então apreenderem o material, acarretando o endividamento crescente da editora e de seu proprietário, que aos poucos ia sacrificando seu patrimônio particular para assegurar a continuidade do trabalho de resistência à ditadura.

Ele salienta que a idéia do governo era mesmo sufocar a editora. Como se não bastassem os atentados praticados contra ele, os militares começaram a intimidar o próprio mercado. De acordo com Ênio Silveira, eles iam até as principais livrarias do país e as ameaçavam, caso comercializassem obras da

¹⁹⁵ *Apud idem, ibidem*, p. 222.

¹⁹⁶ *Cf. Idem, ibidem*, p. 219.

Civilização Brasileira. Naturalmente, muitos livreiros, temerosos, cumpriam essas determinações “superiores”.¹⁹⁷

Na tentativa de recorrer judicialmente desses atos discricionários, em maio de 1966 a editora impetrou um mandado de segurança contra o Departamento Federal de Segurança Pública, alegando a inconstitucionalidade do confisco de obras. Ao falar dessa época, Ênio Silveira comentou, mais recentemente:

Ao todo eles apreenderam mais de trinta títulos nossos, só isso já basta para dar uma dimensão terrível em termos empresariais. Eles invadiam nosso depósito, iam às livrarias, recolhiam livros e sumiam com eles. Movi uma ação contra o governo [...] mas aí eles vêm com aquele argumento de que houve uma anistia recíproca. Não estou anistiando ninguém [...] Foi um período terrível. Nós éramos atacados de todas as maneiras possíveis e imagináveis, cerceados: intimidação a livreiros e gráficos, apreensão de livros.¹⁹⁸

Mas a Justiça brasileira já estava, em larga medida, numa posição de subserviência em relação ao regime vigente. E, para piorar a situação, a Constituição de 1967 oficializou a centralização da censura como atividade do governo federal, em Brasília. Aos poucos o cerco ia se fechando, e em dezembro do ano seguinte houve uma espécie de institucionalização do terrorismo cultural com a decretação do Ato Institucional n. 5. A partir daí, de uma vez por todas, para muita gente a solução parecia ser mesmo calar a boca ou pegar em armas.

No âmbito das esquerdas, Ênio frisava que, apesar de ele ser membro do Partido Comunista, a editora não o era. Tanto é que houve publicações (de trotskistas e de não-comunistas como Cony, por exemplo) que, a rigor, não seriam aceitas pela direção do Partidão. O editor contou, a propósito, que, em certa ocasião, travou um diálogo com Prestes, que se iniciava com “Ênio, a nossa editora podia [...] eu disse: nossa não, minha editora.”¹⁹⁹ Dessa forma, a

¹⁹⁷ Cf. SILVEIRA, Ênio, *op. cit.*, p. 155 e 156.

¹⁹⁸ *Apud* FERREIRA, Jerusa Pires. *Editando o editor: Ênio Silveira*. São Paulo: ComArte/Edusp, 2003, p. 71.

¹⁹⁹ SILVEIRA, Ênio, *op. cit.*, p. 156. Ênio Silveira sempre fez questão de esclarecer que, “apesar de ser membro do Partido Comunista, a editora não foi do partido, nunca foi por ele

publicação de *Pessach* pela Editora Civilização Brasileira tornou-se possível graças à amizade de longa data e à maturidade política de Ênio, que concordou com a edição do romance independentemente da pressão que, de forma inevitável, viria da direção do PCB.

Pessach foi, portanto, editada por um comunista vinculado ao Partidão, em meio à repressão estatal e ao engajamento da Editora Civilização Brasileira na luta contra a ditadura. Na primeira edição do romance, a convite de Ênio, as orelhas foram assinadas pelo filósofo Leandro Konder, também filiado ao PCB. Em termos estéticos, e não políticos, o filósofo elogiou notadamente a primeira parte da obra, que, segundo ele “pode ser incluída entre as melhores páginas de ficção brasileira de todos os tempos”, mas, quanto à segunda, fez restrições. Um fato raro de orelha que não elogia o livro. Já as reedições de 1975 e 1997 têm as orelhas assinadas pelo jornalista Paulo Francis. Foi interessante que ele tenha assumido esse papel, justo ele que ficou tão entusiasmado com o romance que, em 1967, chegou a dizer – desconhecendo a Guerrilha do Caparaó –, que *Pessach* era “premonitório”, por lançar na ficção algo que estava por vir, a luta armada.²⁰⁰

Antes do lançamento do livro, vários intelectuais, amigos de Carlos Heitor Cony, o advertiram sobre a publicação do romance. Algo semelhante às advertências que recebeu de alguns amigos quando publicou sua primeira crônica antigolpe em 2 de abril de 1964: “Este livro será o seu túmulo”, teria lhe dito o crítico Otto Maria Carpeaux.²⁰¹ Paulo Francis, foi o primeiro a ler o livro, ainda em manuscrito, e também advertiu Cony sobre o impacto que a obra produziria,

controlada [...] Nós propusemos, assim, uma abertura para o livre e amplo debate de idéias.” SILVEIRA, Ênio, *op. cit.*, p. 156.

²⁰⁰ Se atentarmos para a composição imagética de *Pessach*, ela se afina com o teor da obra antes e o que virá na seqüência. Sua edição inaugural exibe uma capa vermelho sangue, com um rasgo de cor roxa em que se notam três pessoas empunhando metralhadoras. A reedição de 1975 apresenta um desenho de grades com uma luz ao fundo que, sugere, ao que tudo indica, uma arma recém-disparada. A edição, de 1997, da Companhia das Letras, tem na capa o desenho de um sujeito bem trajado correndo sobre um vale, e substituindo sua cabeça há a imagem de uma pequena chama de fogo exalando fumaça.

²⁰¹ Esta e outras observações deste tópico se baseiam principalmente em KUSHNIR, Beatriz. *Depor as armas: a travessia de Cony e a censura no Partidão*. In: REIS FILHO, Daniel Arão (org.). *Intelectuais: história e política* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

sobretudo entre os comunistas do PCB. Consta que Cony respondeu que não mudaria uma vírgula, e ainda insistiu em manter as cenas mais fortes, como a do estupro da principal personagem feminina, Vera, por um guerrilheiro negro, com a aprovação de Macedo, e a condenação do PCB aos guerrilheiros.

Contudo, o sucesso de vendas foi imediato. Tal como o lançamento de *O ato e o fato*, que se esgotou no primeiro dia de vendas – o que determinou a publicação, no mesmo ano, de quatro reimpressões –, *Pessach* também demandou uma segunda tiragem, de 4.500 exemplares. Ainda assim, de acordo com Cony, muitos livreiros que solicitavam a obra não eram atendidos sob a alegação de que o romance estava esgotado. Porém, em muitos casos, continua ele, o fato foi que intelectuais ligados ao Partido Comunista, com influência na editora ou que nela trabalhavam, se mexiam para que o livro fosse esquecido nos depósitos da Civilização Brasileira. Essas pessoas tinham em mais alta consideração *Quarup*, de Antônio Callado, obra de temática semelhante que não desancava o Partidão. Era a censura promovida por parte da esquerda ligada ao PCB. Para Cony, em entrevista, em 28 de julho de 1996, à *Folha de S. Paulo*, *Pessach*

foi sabotado de toda maneira, inclusive dentro da editora, a Civilização Brasileira. Havia um grupo grande do Partidão com interferência na editora. O livro foi considerado uma pedra no sapato. Achava-se que não era o momento de questionar a pureza ideológica, a pureza tática da esquerda. Ora, não fiz outra coisa a não ser isso. Levei para a ficção o meu questionamento como jornalista. Não é porque eu critico o vencedor que estou dando razão ao vencido.²⁰²

Indo de encontro a esse discurso de boicote a *Pessach*, Leandro Konder e Ferreira Gullar, então integrantes do comitê cultural do PCB, no Rio, negaram que tenha ocorrido essa perseguição. Em depoimento a Beatriz Kushnir, Konder relatou que a censura ao livro, bem como a quaisquer outras obras, nunca foi pauta de reunião do comitê cultural, pois ele

²⁰² *Apud idem, ibidem*, p. 234.

nunca tomou nenhuma decisão relativa à obra ou à avaliação de obra nenhuma de ninguém, da atividade de uma pessoa. Por que? Porque a nossa concepção era de que o comitê cultural seria o lugar de coordenação, de concatenação de movimentos, que não passavam pela criação cultural, passavam pela ação política. Na hora de coordenar ações políticas de diferentes áreas, nós desempenharíamos um papel, essa era a nossa concepção. Então, eu nunca me lembro de [ter havido censura]. Me lembro de opiniões pessoais. Nunca houve discussão [oficial no interior do partido a respeito de obras individuais].

Eu acho que uma pessoa que conhece o Partido Comunista através de livros, de relatos, através da história de alguns momentos da militância comunista, da atividade comunista em outros países em outras épocas, fica muito marcado por isso. E isso alimentou uma certa paranóia. Eu acho que Cony, por nunca ter sido do partido, ele projeta alguns fantasmas [no que seriam as atividades] da militância.

[...] No caso do Rio de Janeiro, o comitê cultural, eu posso garantir que nós dissemos muitas bobagens, fizemos análises políticas absolutamente equivocadas, mas em nenhum momento nós fomos muito *stalinianos*.²⁰³

No curso do artigo já mencionado, após esse comentário de Konder, Beatriz Kushnir relata declarações de jornalistas que diziam que sim, que o PCB, por meio de seus militantes, utilizava de seus postos-chaves na imprensa para engrandecer ou esquecer alguém. E mais, a autora ainda se refere a um depoimento de Raquel de Queiroz, no qual afirma ter sido pressionada pela cúpula do PCB, nos tempos de Getúlio, para alterar formulações no enredo de certos personagens.²⁰⁴ O fato é que essa polêmica sobre a censura promovida por setores da esquerda ao romance de Cony nunca cessou quando o assunto em discussão é o impacto da obra. Isso ocorreu tanto na década de 60 quanto na de 90.

Como nos informa Beatriz Kushnir,

para Cony, nas declarações contemporâneas à terceira edição de *Pessach*, o PCB de fins dos anos 60 era um partido sem qualquer expressão no cenário político. Isto porque, na sua análise os grupos que não seguiam as regras do partido eram os

²⁰³ *Apud idem, ibidem*, p. 235 e 236.

²⁰⁴ Cf. *idem, ibidem*, p. 236 e 245.

que efetivamente estavam lutando contra a ditadura civil-militar do pós-64.²⁰⁵

Afirmar, como o fez Cony, que o PCB era, então, um partido inexpressivo, põe à nostra, acima de tudo, a mágoa do autor ao tratamento dispensado ao seu livro nas hostes do Partidão. Para não irmos muito longe, a própria Beatriz Kushnir destaca que, entre 1974 e 75, nove militantes do partido foram assassinados por agentes da repressão, parte da direção foi exilada e o jornal oficial do PCB, *Voz operária*, transferido para o exterior²⁰⁶, pois a perseguição aos comunistas permanecia na ordem do dia da ditadura. Deve ser sublinhado, entretanto, que a orientação que prevaleceu no Partidão, reafirmada no VI Congresso realizado no final de 1967, foi a da constituição de uma frente democrática, que envolvia a aposta numa aliança com setores oposicionistas da burguesia (a decantada “burguesia nacional”) como forma de pavimentar o caminho rumo ao socialismo, sem recorrer às armas.²⁰⁷

Tal postura foi entendida, em muitas áreas da esquerda, como capitulacionista. Por outro lado, passada quase uma década, a *Voz operária*, como acentuou Dulce Pandolfi, tornava a bater na tecla do acerto posição do partido, ao proceder a uma análise retrospectiva:

a maioria dos agrupamentos de esquerda favoráveis à luta armada havia sido dizimada pela ditadura. O PCB também não tinha passado incólume pela repressão, mas tinha conseguido sobreviver. [Portanto,] os louros da vitória deveriam recair sobre o PCB. “O êxito da oposição representou também uma vitória da orientação política dos comunistas e confirmou a justeza da linha política do PCB. [Resolução Política do Comitê Central, dezembro de 1975].²⁰⁸

Vale mais uma vez contextualizar essa visão “vitoriosa” do Partidão, que era naquele momento a maior e a mais experiente organização comunista do país. O MDB, (Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição tolerado pelo

²⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 231.

²⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 230.

²⁰⁷ Sobre o assunto, ver GORENDER, Jacob. Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3. ed. São Paulo, Ática, 1987, p. 90–92.

²⁰⁸ *Apud* KUSHNIR, Beatriz, *op. cit.*, p. 230.

regime) apoiado pelo PCB, acabara de conquistar um enorme triunfo eleitoral pelo Brasil em 1974, em pleno governo ditatorial de Ernesto Geisel. Isso, à primeira leitura dos acontecimentos políticos de então, abria espaço para a transição democrática pela via do voto (no caso, houvera uma escolha restrita a deputados e senadores), ao exprimir a manifestação de amplos setores da sociedade brasileira.

Ao retomar o papel do Partidão num momento anterior, em outra entrevista, datada de 1998, Leandro Konder explica as decisões partidárias nos anos 60:

Então a nossa idéia era que a questão democrática, que era a questão essencial, dependia de um aproveitamento da questão nacional, que estava formulada de uma maneira que, hoje sabemos, é bastante limitada. Mas que na época era vista como algo que nos convinha. Nesse sentido, eu achava que o VI Congresso era um avanço. Por outro lado, nós estávamos convencidos de que a luta armada era um beco sem saída. Então, também tinha esse outro lado. O partido era, das organizações revolucionárias de esquerda, a mais experiente, a mais antiga e aquela que percebia com maior clareza a inviabilidade da luta armada. O que não quer dizer que nós estávamos certos e os outros, errados. Porque no erro dos outros havia uma iniciativa que ia além da nossa falta de iniciativa. Quer dizer, eu acho que nós errávamos, porque a nossa [...] lucidez nos paralisava. Então não era uma lucidez efetiva.²⁰⁹

Envolvido na conjuntura de seu tempo, Cony parecia não ter dúvidas de como seria a reação do PCB caso houvesse, de fato, uma escalada dos movimentos armados no Brasil. Assim, ele atribuiu ao Partidão uma reação – bastante pertinente se observarmos o resultado histórico 40 anos mais tarde – que veio a se confirmar pouco depois do lançamento do romance, com o IV Congresso do PCB. Diante do quadro de agravamento das tensões sociais e da crescente crítica tanto interna quanto externa ao partido, nem a cúpula manteria sob seu controle os caminhos trilhados por muitos (ex) militantes da sigla.

²⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 231.

Essa opção fez com que o Partidão perdesse importantes quadros, como Marighela, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho. Considerando as co-relações entre o momento de gestação do romance – durante 1966 e 1967 –, seus personagens apontam para a necessidade de ruptura com o PCB, que significava para eles um retrocesso político e até mesmo uma ameaça aos fins revolucionários da esquerda. Um caso real ilustra quase simultaneamente as cisões que se verificaram. Em agosto de 1966, Carlos Marighela, como já foi dito, ao romper com o PCB, ajudou a fundar outro agrupamento político que se lançaria à ação armada: a partir de 1967 a ALN (Ação Libertadora Nacional) assumiu um papel semelhante ao grupo clandestino que vivia na fazenda que aparece em *Pessach*.

Transcorridas três décadas, ao que parece, a posição de Cony sobre o Partidão permanecia inalterável:

Cony acha que a resistência à ditadura militar foi feita por não comunistas, que o PC até atrapalhava: “Eu fui preso seis vezes e nunca encontrei um comunista preso. O PC não lutava contra a ditadura. Quem lutava era AP, os socialistas, diversos porras-loucas isolados, movimentos independentes. Os comunistas não apoiavam isso, diziam que eram aventuras pessoais, personalistas, pequeno-burguesas.”²¹⁰

No entanto, é conveniente ressaltar que a crítica de Cony, apesar de ser mais contundente com o PCB, abrange todo o campo da esquerda. Ares de admiração e desconfiança compõem a imagem que o autor constrói sobre grupos de tendência socialista ou comunista. Em diversas passagens, o romance ironiza segmentos da esquerda que acreditavam que o momento era propício para uma insurreição armada. Em outros momentos o protagonista é o próprio testemunho das incoerências e das ilusões que tornavam a ambição da vitória sobre o governo uma impossibilidade real.

O ato de bravura, de romantismo heróico, presente no encerramento da obra pode ainda exprimir a quantas chega o grau de uma coragem quase suicida,

²¹⁰ SÁ, Vera. Partido Cony. In: *Revista República*, São Paulo, v. I, n. 7, maio/1997.

que, enfim, marcou tantas pessoas que tiveram o destemor de pegar em armas em vez de se acomodar diante da ditadura.

3.2 A recepção do romance na imprensa brasileira

[Pessach é o] “livro que melhor registra na literatura do Brasil a angústia da época mais neurótica dos tempos modernos.”

Antônio Callado

Ao longo da trajetória da edição e das reedições de *Pessach*, não foram poucas as discussões desatadas em torno do livro. E o que não faltou, como se pode depreender do tópico anterior, foram opiniões diversificadas que atendiam a diferentes gostos políticos.

Num artigo de 1967, “A travessia de Cony”, Otto Maria Carpeaux lembra que, até a produção de *Pessach*, Cony escrevia sobre a “atmosfera opressora contra a qual se insurge o indivíduo”²¹¹, produzindo a figura do rebelde contra alguma norma social. Porém, no romance político, o autor se pôs a expressar uma rebeldia contra a própria sociedade como um todo. A visão de Otto a respeito desse sentimento de descrença em relação à sociedade, que marca a produção literária de Cony, é reafirmada pelo próprio autor de *Pessach* ao dar um balanço de sua obra: “O que passa por todos os meus livros, o eixo deles, é uma profunda descrença no ser humano [...]. Meus livros desprezam, mas também assumem a condição humana.”²¹² Ainda segundo Carpeaux, o romance consegue com êxito esclarecer consciências e atravessar a fronteira que separa as aparências da realidade.

A Travessia ajusta conta com as mistificações do passado.
Podem-se abrir, por mais incerta que seja a passagem, as portas

²¹¹ CARPEAUX, Otto Maria. A travessia de Cony. *Jornal do Brasil*, Suplemento do Livro, 15 jul. 1967, p. 4.

²¹² *Apud* CARPEAUX, Otto Maria. A direita e a esquerda de um romancista fiel a si mesmo. *O Globo*, Segundo Caderno, 23 mar. 1997, p. 1.

para o futuro. Essa dialética determina a estrutura do romance. A primeira parte de *Pessach: a travessia* desmascara, impiedosamente, a vida que foi mera aparência de vida. A segunda parte abre a perspectiva, para uma vida que não foi e não será, talvez, mas que foi possível e será permanentemente possível.²¹³

Diferentemente de Leandro Konder, que preferiu a primeira parte do livro, Carpeaux aponta que a segunda parte, que a princípio deveria ser muito mais ficção que a primeira, é na verdade mais real em virtude da conjuntura do período:

O milagre é que essa inventada vida de guerrilheiro parece mais real que a outra, a realmente vivida. Pois a luz que ilumina obliquamente essa realidade apenas possível emana do momento histórico que destruiu aquela existência vivida e a de todos nós outros, mas que a todos nós oferece, paradoxalmente, a opção de libertar-nos; a da revolta.²¹⁴

A análise de Otto Carpeaux testemunha como uma parcela de leitores brasileiros receberam a mensagem da obra, e mais, na condição de intelectual engajado, ele visivelmente almeja retransmitir aos leitores a gravidade do cenário político e a importância da ação:

Poderei deixar de ocupar-vos com política, mas a política não deixará de ocupar-se conosco. Carlos Heitor Cony aceitou o desafio. Conseguiu libertar-se ao preço de ficar sozinho com sua liberdade [e com seu destino, a última página do romance]: é uma página de grande prosa, “instrumentada com uma sinfonia” e é um apelo.²¹⁵

Outro artigo, de junho de 1967, publicado no *Jornal do Brasil*, endossa a opinião de Carpeaux, segundo a qual, estruturalmente, o romance de Cony está muito bem construído. Para José Carlos Oliveira, a travessia anunciada pelo título seria a ruptura da vida pacata para a luta social. Nesse sentido, a analogia bíblica vem justamente preencher a lacuna da dúvida entre engajar-se ou não, e

²¹³ CARPEAUX, Otto Maria, *A travessia de Cony*, op. cit., p. 4.

²¹⁴ *Idem.*

²¹⁵ *Idem.*

indicar o caminho da ação coletiva. O autor vai ao ponto de condenar diretamente a avaliação de Leandro Konder sobre as limitações estéticas da segunda parte do romance:

A primeira estrutura, para quem conhece o autor, parece desagradável ao longo de dezenas de páginas. Não que esteja mal escrito ou seja falsa: é que a gente vê ali a própria situação de Cony, romantizada em alguns pontos e literal na maior parte do tempo. Na segunda estrutura, contudo, autor e personagem decolam. Já não vemos Carlos Heitor Cony autobiográfico, e sim a imagem que ele deseja firmar de si mesmo e dos intelectuais brasileiros em geral. Saímos do romance para entrar na ficção política. Apresentando o livro, Leandro Konder considera estranhas essas duas estruturas, dizendo “Ao meu ver, a audácia acarretou certo prejuízo estético para a unidade, o equilíbrio da obra”. Nada mais errôneo. Cony descreve justamente uma cisão brutal na vida de um homem.²¹⁶

Certamente às análises de Carpeaux e Oliveira estão enraizadas nos sentimentos e no calor dos acontecimentos de 1967. Além da amizade e admiração por Cony, suas palavras naquele momento se sintonizam talvez com leitores descontentes com o regime militar. Todavia, essa dissonância entre críticos da obra em nada compromete a unânime opinião de que Carlos Heitor Cony e seu engajamento no terreno político constituíram um importante elo na corrente formada pelo setor intelectual que assumiu a luta contra o regime militar. Essa condição também foi salientada por José Carlos Oliveira.

Todos nós lembramos de Cony antes do 1 de abril de 1964: brilhante, grosseiro, cínico, sensual, pornográfico e desesperado; e ainda temos diante de nós o Cony posterior ao golpe de Estado – veemente, um pouco perdido, sempre generoso e valente. *Pessach* é a soma dessas duas existências que se chocam, mas não se desmentem. Trata-se de uma cartilha para o leitor perdido no meio do planeta; é a história de uma experiência purificadora, cujo ponto mais alto coincide com a perda total de tudo, em troca da consciência clara e do desejo de violência libertadora. Pela primeira vez na literatura brasileira, o romance se iguala em originalidade e audácia, ao cinema novo. O próprio autor recentemente reivindicou uma semelhança estrutural e ideológica entre o seu livro, o filme *Terra em transe* e o

²¹⁶ OLIVEIRA, José Carlos. *Pessach*. *Jornal do Brasil*, 9 jun. 1967, p. 32.

romance *Quarup*, de Antônio Calado, ainda inédito. Deste último, naturalmente, não podemos dizer nada; mas eu posso assegurar sem exagero que Carlos Heitor Cony, com *Pessach*, criou qualquer coisa que futuramente merecerá o nome de romance brasileiro. Um romance carregado de sentimento, escrito dentro da confusão, avançando na direção de uma esperança clara e difícil. Da mesma forma como a juventude aderiu a Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos, Cony atrairá os melhores dentre nós – aqueles para os quais escrever, por exemplo, não é um luxo que conduz à Academia, e sim uma arma com a qual podemos lutar contra os inimigos do homem.²¹⁷

O sucesso de *Pessach* foi um fato entre os leitores. Além da necessidade de uma segunda tiragem, como já foi mencionado, o romance permaneceu por longo tempo na relação de *best-sellers* do *Jornal do Brasil (JB)*. O *JB* publicava todo mês a relação dos livros mais vendidos no país e os destacava em artigos no caderno “Suplemento do Livro”. Entre junho e novembro de 1967, outra obra que figurava próxima do topo do *ranking* era *Quarup*, de Antônio Callado. Ainda compunham a lista *O casamento*, de Nelson Rodrigues, *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, *As cariocas*, de Sérgio Porto, e *Tutaméia*, de Guimarães Rosa. Depois de toda discussão sobre *Pessach* não é demais perguntar: até que ponto a cortina de silêncio estendida pelo PCB teve influência na divulgação e nas vendas do romance? Não seria, talvez, o livro de Cony o grande sucesso de 1967 caso não tivesse sido boicotado?

Após quatro décadas de seu primeiro lançamento e mais de duas décadas da segunda reedição, *Pessach: a travessia* foi novamente publicado em 1997 pela Companhia das Letras. O que artigos de jornais nos anos 90 têm evidenciado, ao tratarem da terceira edição, diz respeito à importância de manter viva a memória nacional, que no caso envolve o regime militar e suas múltiplas conseqüências. Dessa maneira, o romance foi e ainda é considerado uma espécie de reação à ditadura, ao denunciar a violência política e sugerir, seja de que forma for, o caminho do enfrentamento.

Em abril de 1993, foi estampada uma extensa matéria na *Folha de S. Paulo* intitulada “Dois livros que sairão da prisão”. Nela, Cony analisou o

²¹⁷ *Idem.*

romance político de Callado, e este por sua vez fez o mesmo com o livro do ex-colega de sela. Segundo Cony, recuperando uma fala de Franklin de Oliveira, “*Quarup* ficou sendo para os anos 60 o mesmo que *Grande sertão: veredas* foi para os anos 50”. E acrescenta que a obra

tampouco seria um romance sobre a vida, mas sobre a época de uma vida coletiva [...] Num livro como *Quarup* o importante nem sempre é a história, a sucessão de ‘takes’ que formam o enredo. Obra maior de nossa literatura, o romance de Callado é sobretudo uma exibição de técnica.²¹⁸

Já Callado ressalta o papel engajado que Cony assumiu depois do golpe de Estado. Quanto a *Pessach*, ele afirma que

O livro nos mergulha de cabeça nesse escritor-personagem que está completando, ao começar o romance, 40 anos de idade e só ambiciona ser deixado em paz, para, vagamente, escrever. Mas ao redor dele o mundo ameaça [...] Cony cria um surrealismo de rédea curta, seco, literalmente bem administrado já que o fantástico não decola um instante sequer do natural, do cotidiano.²¹⁹

No “Caderno B” do *Jornal do Brasil*, de março de 1997, há uma página inteira dedicada às aventuras literárias nos anos de chumbo. Abaixo do título “Passado exorcizado” – texto de André Luiz Barros –, a página se divide entre o texto da matéria em si e uma mistura de fotos referentes ao regime militar (soldados, armas, militantes em atos de protestos), em que se forma o número 64. Entre os dois números há ainda uma caneta debruçada com manchas vermelhas que dela escorrem. A arte gráfica, de responsabilidade de Alvim, é um comentário à parte no jornal. É a caneta dos escritores, em que tinta e sangue se mesclam, a exemplo do ocorrido de 64 em diante. O subtítulo traz a informação “Atual ficção brasileira troca os relatos épicos pelas experiências pessoais e a crítica aos equívocos e revê os anos de chumbo da ditadura militar no país”. Mas

²¹⁸ CONY, Carlos Heitor. Dois livros que sairão da prisão. *Folha de S. Paulo*, 4 abr. 1993, p. 6.

²¹⁹ CALLADO, Antônio. Dois livros que sairão da prisão, *op. cit.*, p. 6.

a matéria deixa a desejar quando classifica *Pessach* simplesmente como “ficção em forma de crítica aos equívocos da esquerda no período.”²²⁰

A manchete do Segundo Caderno de *O Globo*, também de março de 1997, chama a atenção para “Uma travessia contra a corrente”, tendo como subtítulo: “Reedição de *Pessach* expõe as relações entre Partido Comunista e a cultura”. O texto do jornalista Paulo Roberto Pires enfatiza que o romance é “um velho livro que assume ares de obra inédita”. O jornalista se atém principalmente ao processo de retaliação enfrentado pelo escritor e sua obra. Tanto é que o artigo reproduz em suas primeiras linhas a conhecida frase “Esse livro vai ser o seu túmulo” de Otto Maria Carpeaux. A intenção é inteirar o leitor de toda a polêmica que acompanhou o lançamento do *Pessach*.

Estranhando o silêncio que se seguiu ao entusiasmo inicial da crítica, Cony se deu conta que o PCB replicava seus ataques. Em vez de artigos ou resoluções oficiais, o escritor enfrentou o que descreve como silêncio e sistemático boicote. – O livro sumiu basicamente por causa do Partido, que se sentiu ofendido ao se ver retratado como traidor da guerrilha – lembra Cony.²²¹

A matéria de *O Globo* continua na página 5 do Segundo Caderno. Lá, Paulo Roberto Pires enfoca basicamente a três assuntos. Primeiramente, dá seqüência à discussão sobre a retaliação silenciosa do PCB, porém abre espaço para os que se situam no outro lado dessa história. Segundo o poeta Moacyr Félix, que na época era membro do PCB e editor da *Revista Civilização Brasileira*, não houve retaliação alguma ao romance; mas fica difícil acreditar nisso uma vez que no corpo do texto consta a informação de que, “sem ter chegado a ler *Pessach*, Félix garante que não houve boicote.”²²² Em segundo lugar, é lembrado o itinerário percorrido pelo jornalista e romancista Cony pós-golpe de 1964: “das crônicas corajosas ao romance político.”²²³ E, por fim, o texto põe em relevo o sujeito indiferente á ideologia política e decepcionado com

²²⁰ BARROS, André Luiz. Passado exorcizado. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 31 mar. 1997, p. 2.

²²¹ PIRES, Paulo Roberto. Uma travessia contra a corrente. *O Globo*, Segundo Caderno, 23 mar. 1997, p. 1.

²²² *Idem*, *ibidem*, p. 5.

²²³ *Idem*.

o ser humano. “A direita e a esquerda de um romancista fiel a si mesmo: Cony diz que sua obra fala da descrença no ser humano.”²²⁴

A arte gráfica contida na capa do Segundo Caderno ocupa quase toda a extensão da página. Reveladora de muito talento crítico, a imagem editada por Cláudio Duarte expõe fragmentos de páginas rasgadas do romance, que, distribuídas, formam claramente o símbolo do Partido Comunista: a foice e o martelo.

Em meio a tudo isso, é ainda interessante perceber que, ao longo dos artigos relacionados ao romance *Pessach*, a retomada da trajetória política de Cony, iniciada nos tempos do *Correio da Manhã*, se converte um tema quase obrigatório. É o caso de Ruy Castro, que frisa:

Enquanto outros funcionários intelectuais progressistas se omitiram ou aderiram à nova situação, Cony passou da alienação ao panfleto com um atrevimento quase suicida em sua coluna no *Correio da Manhã*: denunciou as perseguições e torturas, zombou dos militares e propôs abertamente a anistia e a volta ao Estado de direito. Sua cruzada era muito mais humana que política.²²⁵

²²⁴ *Idem.*

²²⁵ CASTRO, Ruy. *Pessach*, de Cony, fura um silêncio de 30 anos. *O Estado de S. Paulo*, 8 mar. 1997, p. 8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de colocarmos um ponto-final nesta dissertação, parece-nos conveniente assinalar, de forma explícita, algumas diferenças de perspectiva de análise em relação a trabalhos que se ocuparam da trajetória literária percorrida por Carlos Heitor Cony e, em especial, de *Pessach: a travessia*.

Uma primeira questão a ressaltar é que essa obra, segundo determinados analistas, teria adquirido um tom fundamentalmente autobiográfico. De fato, num rastreamento atento dos elementos que compõem seu enredo, é possível apreender – notadamente na primeira parte – um conjunto de dados e situações que conformam a história de vida de Cony. Porém, salta aos olhos, particularmente na segunda parte, que a criatura, por assim dizer, se descola do criador e passa a viver uma experiência inusitada em toda a existência do escritor. O caráter ficcional do livro ganha corpo, então, desvencilhando-se de experiências mais específicas vividas pelo autor (o que, obviamente, não deve nos fazer ignorar uma série de referências políticas próprias do momento político no qual Cony se insere de maneira inescapável). Numa palavra, o personagem, no correr do livro, se desprende do autor e cai por terra, sob diferentes aspectos, aquilo que *Pessach* contém de autobiográfico.

No esforço, em geral mal-sucedido, para traçar um estreito paralelo entre autor e obra, criador e criatura, não são poucos aqueles que estabelecem um corte radical entre o Cony “alienado” do pré-64 e o Cony “politizado” do pós-abril de 1964, que, quase por passe de mágica, se teria convertido – daí sua travessia pessoal – em um escritor engajado, deixando para trás um passado de despreocupação com a vida social e política do país. Paulo Simões, figura central no romance examinado, seria a encarnação, no campo literário, do *alter ego* de Cony: ele que, ao abandonar, no final das contas, o pequeno e pacato mundo pequeno-burguês em que se trancara, daria um salto, a partir de uma espécie de “iluminação” progressiva, rumo à conscientização política dos dilemas da ditadura militar e da necessidade de enfrentá-la, inclusive pegando em armas. Disso adviria uma pretensa glorificação da luta armada.

Não compartilhamos dessa visão “evolucionista”, que, no fundo, lança Paulo Simões e/ou Cony, tanto faz, numa espiral que o(s) conduziria do estado de

inconsciência política ao da consciência do seu tempo. Em toda obra, mesmo quando, sob a ação de uma somatória de fatores políticos um tanto quanto alheios à sua vontade, Paulo Simões é levado a assumir a luta armada, o personagem jamais se convence da inevitabilidade desse caminho e muito menos do seu acerto e viabilidade como modo de reagir ao Estado tirânico que se impôs ao Brasil. Dúvidas, hesitações, vacilações – quando não a certeza de que esse recurso às armas será inglório – acompanham, de cabo a rabo, a história do personagem. Sua decantada “conscientização política” (aqui resumida à emergência da consciência política de que é preciso pegar em armas para lutar contra a ditadura) está muito mais presente nos cabeça de quem lê *Pessach* do que propriamente nas páginas do romance.

Além do mais, freqüentemente esse livro de Cony foi concebido como um acerto de contas com a postura objetivamente conciliatória, ou seja, de oposição moderada do PCB diante do regime militar. Nele o autor daria vazão não só à sua indignação ante a implantação da ditadura como também àquilo que foi identificado por muitos como a inércia do Partidão. Efetivamente, as críticas de Cony – um crítico confesso dos comunistas – àquele que era o maior partido de esquerda no Brasil recheiam *Pessach*, razão pela qual ela esteve longe de ser bem recebida nas hostes do PCB. Em meio a essa linha de análise, o que escapa aos observadores, entretanto, é que, independentemente do posicionamento pessoal de Cony,²²⁶ uma obra em si mesma pode conter elementos que colidem com o posicionamento consciente/deliberado de seu autor.

Tal é o que ocorre, a nosso ver, de *Pessach*. Por mais que, no plano pessoal e no plano do livro executado por Cony, o romance – pelo que foi posto na boca dos personagens – se insurja contra a política dos comunistas nucleados em torno do Partidão, há no desfecho da história uma ironia que pode, no limite,

²²⁶ Lucien Goldmann, um estudioso da produção literária, já chamou a atenção, bem antes da consagração da História Cultural nos meios acadêmicos, para o fato de que autor e obra podem inclusive entrar em colisão, a ponto de um livro ter e/ou adquirir um sentido que não estava necessariamente presente no ato de sua criação. Ver, a propósito, o ensaio “Materialismo dialético e história da literatura” em GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

ter se colocado acima das intenções do autor. O que se evidencia, no caso, numa obra finalizada em 1967, é o fracasso da luta armada em sua tentativa de ser um *modus operandi* eficaz de lutar contra a ditadura ou pelo menos de forçá-la a fazer concessões na direção da “democratização” do país. Em diversos momentos do enredo, mesmo entre os guerrilheiros, surge, indiscutível, a percepção de que eles não reuniam condições para enfrentar, na área militar, as Forças Armadas. Poderiam, isso sim, na ótica deles, forçar o regime a negociar uma saída para a ditadura à base de “concessões mútuas”. Nas páginas finais de *Pessach*, no entanto, esse sonho, árdua e heroicamente acalentado pelos combatentes do regime, se evapora. Com todos eles mortos, exceto Paulo Simões, resta a este, numa atitude romântica e solitária, cruzar de novo a fronteira que separa o Uruguai do Brasil e retornar ao seu país, empunhando uma metralhadora, como se fora, no campo simbólico, o prenúncio de que “a luta continua”. Luta, nesses termos, fadada ao insucesso, como que verá, anos depois, no combate sem tréguas movido no governo ditatorial Garrastazu Médici às organizações que optaram pela via da luta armada.

Escreveu-se muito sobre o sentido “premonitório” de *Pessach*, que entre 1966 e 1967, antenado com as ebulições da situação política gerada no pós-64, teria vaticinado para onde caminharia a resistência ao regime (não voltaremos a falar aqui da tentativa de pôr em marcha a Guerrilha do Caparaó que, por essa época, se articulou na divisa dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais). O que parece passar despercebido a muitos analistas é que, com uma certa licença poética, para usar uma expressão deles, o que há de “premonitório” no livro de Cony é que, ao fim e ao cabo, ele prenuncia, isso sim, ainda que de forma oblíqua, a contundente derrota da luta armada, com seu esmagamento pela ditadura. E nisso – eis a grande ironia dessa história –, quaisquer que fossem as intenções que embalaram o autor de *Pessach*, o PCB tinha razão ao enfatizar sua condenação à alternativa que alimentou as esperanças de tantos bravos militantes. Por maiores que sejam, historicamente, os “erros”, os “equívocos”, os “desvios” cometidos pelo Partidão – um partido que fez alarde, durante muito tempo, de

sua profissão de fé stalinista – nesse ponto, ao menos, seja por ação, inação ou omissão (ou tudo isso), ele, repetimos, tinha razão.

BIBLIOTECAS CONSULTADAS

Biblioteca da Universidade de Brasília.

Biblioteca da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Biblioteca da Universidade Federal de Goiás/Catalão.

Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia.

Biblioteca do Senado Federal.

FONTES

- ALEIXO, Carlos Antônio. *A travessia nas margens – literatura e história em Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony. Dissertação – Universidade Estadual Paulista/Araraquara, 2001.
- ALVES, Juliana Carneiro. *Pessach: a travessia – uma representação da luta social e do intelectual dos anos 60*. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- BARROS, André Luiz. Passado exorcizado. *Jornal do Brasil*. Caderno B, 31 mar. 1997.
- BRANDÃO, Virgínia. *Pessach: a festa da Páscoa judaica*. Disponível em: <http://www.correiogourmand.com.br/info_culturagastronomica_02_b.htm>.
- CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA, n.12 – Carlos Heitor Cony. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2001.
- CALLADO, Antônio. Dois livros que sairão da prisão. *Folha de S. Paulo*. 4 abr. 1993.
- CARPEAUX, Otto Maria. A travessia de Cony. *Jornal do Brasil*, Suplemento do Livro, 15 jul. 1967.
- _____. A direita e a esquerda de um romancista fiel a si mesmo. *O Globo*, Segundo Caderno, 23 mar. 1997.
- CASTRO, Ruy. *Pessach*, de Cony, fura um silêncio de 30 anos. *O Estado de S. Paulo*, 8 mar. 1997.
- CONY, Carlos Heitor. *Posto Seis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *O ato e o fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 (2. ed.).
- _____. Dois livros que sairão da prisão. *Folha de S. Paulo*, 4 abr. 1993.
- _____. *Pessach: a travessia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A revolução dos caranguejos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *O ato e o fato: o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

- FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: à festa*. São Paulo: Unesp, 1998.
- JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista!* 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- KUSHNIR, Beatriz. Depor as armas: a travessia de Cony e a censura no Partidão. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais: história e política* (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- NEGREIROS, Gilberto. *Almanaque da Folha de S. Paulo*. (entrevista com Edmundo Moniz). Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/memoria_8.htm#>.
- OLIVEIRA, José Carlos. *Pessach*. *Jornal do Brasil*, 9 jun. 1967.
- PIRES, Paulo Roberto. Uma travessia contra a corrente. *O Globo*, Segundo Caderno, 23 mar. 1997.
- PREVIDI, Gustavo. *Site Carlos Heitor Cony* (entrevista). Disponível em: <www.carlosheitorcony.com.br/clipping/show_clipping.asp?id=126>.
- SÁ, Vera. Partido Cony. In: *Revista República*, São Paulo, v. I, n. 7, maio/1997.
- SILVA, Fernando de Barros e. Na prisão com Glauber e Callado (entrevista). *Folha de S. Paulo*. 28 jul. 1996.
- SILVEIRA, Ênio. Prefácio do editor Ênio Silveira. In: CONY, Carlos Heitor. *O Ato e o Fato: crônicas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964 – visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- SILVERMAN, Malcolm. *Protesto e o novo romance brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS e da EDUFSCar, 1995.
- SOUZA, Leonardo Oliveira. *O golpe de 1964 e a representação de Carlos Heitor Cony*. Monografia – Universidade Federal de Goiás/Catalão, 2006.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Hermínia. Tavares de e WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando e SCHWARCZ, Lília M. (coords.). *História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea*, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado Autoritário (1968-1978) – o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de S. Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.
- BENOÎT, Denis. *Literatura e engajamento: de Pascoal a Sartre*. Bauru: Edusc, 2002.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: uma relação de troca e cumplicidade. *História & Perspectivas*, n. 9, Uberlândia, UFU, jul.-dez. 1993.
- _____. A nova história e a história cultural. In: SANTOS, Regma Maria dos et. al. (orgs.). *História e linguagens: literatura, música, oralidade, cinema*. Uberlândia: Aspectus, 2003.
- Brasil nunca mais: um relato para a história*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BURKE, Peter. *Escola dos Annales [1929-1989]: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo. Unesp, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha e T. A. Queiroz, 2000.
- CASTRO, Celso. *O golpe militar e a instauração do regime militar*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm>.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A nova história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. El pasado en el presente: literatura, memória e história. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 8, n. 13, Uberlândia, Edufu, jul.-dez. 2006.
- CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 14. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

- COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Editando o Editor: Ênio Silveira*. São Paulo: ComArte/Edusp, 2003.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Saco de gatos: ensaios críticos*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- GASPARI, Elio. *As ilusões armadas: a ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GUEVARA, Che. *A guerra de guerrilhas*. 2. ed. São Paulo: Edições Populares, 1982.
- HUNT, Lynn. (org.) *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- IMPRENSA: *Jornalismo & Comunicação*, n.193. São Paulo: Imprensa Editorial, ago. 2004.
- KONDER, Leandro. Prefácio. In: VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Editora da UnB, 1996.
- LACERDA, Carlos. *Depoimentos: Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- LE GOFF, Jacques. (org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *Quando a pátria viaja: uma leitura dos romances de Antonio Callado*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LIMA, Henrique Espada. Narrar, pensar o detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 9 n. 15, Uberlândia, Edufu, CNPq e Capes, jul.-dez. 2007.
- LUCA, Tania Regina de. Um repertório do Brasil: tradição e inovação na *Revista Nova*. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 8, n. 15, Uberlândia, Edufu, CNPq e Capes, jul.-dez. 2007.
- MAUAD, Ana Maria. Entre Textos, imagens e sons: um balanço atual do campo da História Cultural. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 8 n. 13, Uberlândia, Edufu, CNPq e Capes, jul.-dez. 2006.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- PELLEGRINI, Tânia. A produção cultural brasileira e o golpe de 1964. *Comunicare*, v. 4, n. 2, São Paulo, Fundação Casper Líbero, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy e LEENHARDT, Jacques (orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- _____. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 9, n. 14, Uberlândia, Edufu, CNPq e Capes, jan.-jun. 2007.
- SCHWARTZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Ninguém assume que é reacionário. *Caros Amigos*, n. 26, São Paulo, out. 2008.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: UnB, 1996.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo. Edusp, 1994.

FILMES

ROCHA, Glauber. *Terra em transe*, 1965.

SARACENI, Paulo César. *O desafio*, 1965.